
ELEIÇÕES E PARTIDOS



Cadernos Adenauer

ANO IV

2003

Nº 01

JAIRO NICOLAU

ANDRÉ MARENCO DOS SANTOS

RACHEL MENEGUELLO

RUBENS FIGUEIREDO

LEONILDO SILVEIRA CAMPOS

ELEIÇÕES E PARTIDOS

Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Conselho editorial

Antônio Octávio Cintra	Maria Clara Lucchetti Bingemer
Fernando Limongi	Maria Tereza Aina Sadek
Fernando Luiz Abrucio	Patrícia Luiza Kegel
José Mário Brasiense Carneiro	Paulo Gilberto F. Vizontini
Lúcia Avelar	Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Marcus André Melo	Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo	

Coordenação editorial

Gustavo Adolfo P. D. Santos

Revisão

Paulo Moreira Pereira

Capa

Isabel Carballo

Diagramação

Matiz Designers

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer IV (2003), nº 1

Eleições e partidos

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril 2003.

ISBN 85-7504-040-5

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 3º andar

CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ. Brasil

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Índice

OS AUTORES	6
APRESENTAÇÃO	7
NOTAS SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2002 E O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO	II
<i>Jairo Nicolau</i>	
PARTIDOS EM CARNE E OSSO: VOTOS E DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2002	21
<i>André Marengo dos Santos</i>	
A FACE DOMINANTE DA ESQUERDA BRASILEIRA: AVANÇOS, MUDANÇAS E DILEMAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	39
<i>Rachel Meneguello</i>	
2002: UMA ELEIÇÃO FENOMENAL	57
<i>Rubens Figueiredo</i>	
EVANGÉLICOS NAS ELEIÇÕES DE 2002: OS AVANÇOS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	83
<i>Leonildo Silveira Campos</i>	

Os autores

Jairo Nicolau é doutor em Ciência Política e professor do Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Autor de diversos trabalhos sobre partidos, eleições e representação.

André Marengo dos Santos é doutor em Ciência Política e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro do Comitê de Ciência Política da Associação de Universidades Grupo de Montevideú.

Rachel Meneguello é doutora em Ciências Sociais, professora de Ciência Política da Universidade de Campinas e diretora do Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma Universidade.

Rubens Figueiredo é pós-graduado em Ciência Política, sócio-diretor do Cepac (Empresa de Pesquisa e Comunicação), diretor da Associação Brasileira dos Consultores Políticos e integrante do Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp.

Leonildo Silveira Campos é doutor em Ciência da Religião e Sociais, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Sociologia do Protestantismo na mesma Universidade.

Apresentação

“A esperança venceu o medo”. Esta frase resume o resultado das eleições de outubro de 2002, sobretudo no que se refere a seu aspecto político-simbólico. Mas se observamos com maior atenção, podemos constatar que esse aspecto político-simbólico é válido sobretudo para a eleição do presidente da República. Os candidatos à presidência encarnam as eleições e concentram as atenções públicas. Quanto mais diferenças existem entre os diversos aspirantes, melhor a escolha. Mesmo que todos os candidatos tenham se apresentado com um discurso de mudanças, ninguém representou essa aspiração melhor do que o candidato finalmente eleito e que desde 1º de janeiro de 2003 é presidente da República.

Os resultados dos dois turnos das eleições presidenciais diferem muito das eleições parlamentares, do Senado e da Câmara de Deputados no âmbito federal, e das eleições de governadores e das câmaras estaduais. Com respeito aos resultados dessas eleições, pode-se admitir que não era um medo que foi vencido por uma esperança. Mas bem valiam outros fatores. Talvez, o eleitor brasileiro ao produzir uma constelação bastante equilibrada das forças políticas, simplesmente queria indicar: queremos mudanças, sim – mas têm que ser concertadas entre os diferentes setores políticos. O tempo vai mostrar se os políticos e parlamentares entenderam assim a mensagem dos eleitores.

Após as eleições e a mudança do governo, as questões e temas da conjuntura nacional e internacional rapidamente ocuparam as atenções dos atores e do público em geral. Não obstante, nos pare-

ce importante, antes de nos deixar levar pela conjuntura, analisar com um pouco mais calma alguns aspetos do resultado das eleições de 2002, para entender melhor o que mudou e o que não mudou, o que é novo e o que tem um significado além da conjuntura eleitoral. Por isso reunimos neste número dos Cadernos Adenauer artigos que versam sobre diferentes aspectos das últimas eleições.

Jairo Nicolau (IUPERJ) apresenta uma leitura do impacto das eleições de 2002 no sistema partidário brasileiro. Observa a alta fragmentação partidária, sublinhando, entretanto, que as eleições presidenciais tendem a uma dispersão muito menor do que as parlamentares. Aproveita, ainda, para indicar como deverá ser o comportamento partidário com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, devido à baixa possibilidade de o partido do presidente obter maioria absoluta no Parlamento.

Em seguida, André Marengo dos Santos (UFRGS) debruça-se sobre a questão da consistência partidária no Brasil, a partir da observação dos resultados das eleições de 2002. Pontua que a lógica majoritária da eleição presidencial não oferece, de maneira ampla, uma síntese do sistema partidário brasileiro, de modo que se faz necessário analisar a distribuição dos votos para as eleições legislativas. O autor destaca, ainda, questões como: dimensão e participação eleitoral dos principais partidos, seja na esfera nacional seja na esfera estadual, a trajetória partidária dos candidatos, lealdade e trânsito interpartidário.

Rachel Meneguello (UNICAMP) aponta para um freio na ascensão dos partidos conservadores logo no começo do século 21 no Brasil e uma maior ascensão dos de esquerda, sobretudo com a conquista do cargo de presidente da República pelo candidato do Partido dos Trabalhadores. Considera, porém, uma série de mudanças ocorridas nos partidos de esquerda, focando-se no PT, durante a década de 1990. Capturando a sua história de formação, a cientista política indica os momentos de reflexão interna e decisão de mudanças de estratégia e/ou de rumo.

Rubens Figueiredo (CEPAC), por sua vez, faz sua leitura utilizando-se das estratégias de campanha dos candidatos que possuíam maiores possibilidades de vitória. Aponta os motivos que tornaram as eleições presidenciais de 2002 diferente das anteriores, preocupando-se em analisar a mídia no período pré-eleitoral e também os acertos e erros da propaganda eleitoral gratuita dos candidatos favoritos.

Leonildo Silveira Campos (UMESP) dedica-se à questão da participação dos evangélicos nas eleições de 2002, em particular os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições legislativas. Reflete, desta maneira, as estratégias adotadas pelos candidatos ligados as igrejas pentecostais, tendo como base o comportamento e a mentalidade dos evangélicos e sua participação em pleitos anteriores, indicando também os candidatos eleitos em 2002 e como deverão desenvolver o diálogo entre igrejas evangélicas e Estado.

WILHELM HOFMEISTER

Notas sobre as eleições de 2002 e o sistema partidário brasileiro

JAIRO NICOLAU

O verdadeiro impacto das eleições de 2002 no sistema partidário brasileiro só será dimensionado daqui a alguns anos. Contudo, algumas novidades trazidas pelo pleito já foram assinaladas por diversos analistas: a chegada ao Executivo Federal de um partido de esquerda, pela primeira vez, desde que este foi fundado em 1985; o fato de que o PFL tenha ficado na oposição e a vitória do PT nas eleições para a Câmara dos Deputados. Sem mencionar o simbolismo que envolve a vitória de Luis Inácio Lula da Silva.

Entretanto, um aspecto, em particular, não foi alterado pelas eleições de 2002: a alta fragmentação do sistema partidário. Desde o fim dos anos 80, com a crise do PMDB que levou à criação do PSDB e à intensa migração de seus quadros para outros partidos, o sistema partidário brasileiro passou a ser altamente fragmentado. O valor médio do *número efetivo de partidos* (N) na Câmara dos Deputados na década de 1990 é 8,0.¹ David Farrel apresentou dados da fragmentação da Câmara Baixa de 58 países durante os anos

1. Número efetivo de partidos é uma medida utilizada em larga escala pela ciência política e mede a concentração/dispersão de votos ou cadeiras em uma determinada eleição.

90. A Câmara dos Deputados do Brasil só é menos fragmentada do que a da Papua-Nova Guiné (N= 10.8) e a da Bélgica (N=8.5).

A Tabela 1 resume informações da dispersão partidária da Câmara dos Deputados nas cinco eleições do período democrático. Por qualquer dos critérios apresentados, o número de partidos representados nas quatro últimas eleições é alto e praticamente não se altera: 18/19 partidos representados e sete/oito recebem mais de 5% das cadeiras. A mensuração, mais precisa, feita por intermédio do *número efetivo de partidos* apresenta resultados semelhantes. Na primeira (1986), a fragmentação foi baixa (N= 2.9). Nas eleições de 1990 houve um forte aumento (N= 8.7). Apesar do leve declínio em 1994 (N= 8.2) e 1998 (N=7.1), a fragmentação cresceu novamente em 2002 (N=8.4).

Tabela 1. *Fragmentação eleitoral na Câmara dos Deputados (1986-2002)*

	1986	1990	1994	1998	2002
Número de partidos que participaram das eleições	29	33	23	30	30
Número de partidos representados na Câmara dos Deputados	12	19	18	18	19
Número de partidos com mais de 5% das cadeiras na Câmara dos Deputados	6	8	8	7	7
Número efetivo de partidos eleitorais (Ne)	3.6	9.8	8.5	8.1	9.3
Número efetivo de partidos legislativos (Np)	2.8	8.7	8.2	7.1	8.5

Fonte dos dados brutos: www.iuperj.br/deb

Por outro lado, nas eleições para presidente a dispersão entre os candidatos tem sido muito menor do que a das eleições parlamentares. Nas eleições presidenciais de 1989 todos os partidos relevantes apresentaram candidatos. Se calcularmos o *número efetivo de candidatos presidenciais*, observamos uma ampla dispersão da preferência eleitoral ($N=5.7$). Nas três eleições seguintes, a disputa concentrou-se em um número menor de candidatos. Medida pelo *número efetivo de candidatos*,² a disputa foi claramente concentrada: 1994 (2.7); 1998 (2.5) e 2002 (3.2) (Ver Tabela 2).

Somente em 1989 a eleição presidencial apresentou um padrão próximo ao esperado em um pleito de dois turnos: no primeiro turno todos os partidos (ou pelo menos os mais significativos) apresentaram candidatos e caso nenhum obtenha mais de 50% dos votos, as

Tabela 2. *Número de partidos nas eleições presidenciais*

	1989	1994	1998	2002
Número de candidatos	21	8	12	6
Número de candidatos que receberam mais de 5%	5	3	3	4
Número efetivo de candidatos	5.7	2.7	2.5	3.2
Percentual de cadeiras da Câmara da coalizão que elegeu o presidente	4%	36%	58%	25%

Fonte: dados brutos: www.iuperj.br/deb

2. Para o cálculo do índice de candidatos efetivos, a votação dos candidatos dos partidos (ou coalizões) foi tomada como unidade de análise.

alianças são organizadas e os partidos derrotados apóiam os dois candidatos que disputarão o segundo turno. Nas três eleições seguintes, a montagem de grandes coalizões, já no primeiro turno, se assemelhou muito mais ao padrão de competição do sistema de maioria simples.

Um desafio é entender por que diversos partidos importantes têm se recusado a apresentar candidatos à Presidência, preferindo participar de coligações com outros, ou simplesmente não concorrer. Algumas hipóteses podem ser sugeridas. A primeira decorre da estrutura fortemente descentralizada dos partidos brasileiros. Como as unidades da federação são os distritos eleitorais na eleição de quatro dos sete cargos eletivos (deputado federal, deputado estadual, governador e senador) é natural que a política estadual tenha centralidade no sistema político brasileiro. Algumas lideranças partidárias são importantes no âmbito estadual, mas são incapazes de projetarem-se como lideranças nacionais. Conseqüentemente, fazem todos os cálculos eleitorais de forma a priorizar a sobrevivência política no estado de origem, deixando em segundo plano as disputas políticas no âmbito nacional.

A segunda possível explicação para o reduzido número de competidores nas eleições presidenciais pode derivar do alto custo das campanhas. Nas eleições de 2002, somente os dois principais candidatos à Presidência gastaram 67,4 milhões (Serra 34,4 milhões e Lula 33,0 milhões). Como o financiamento de campanha é obtido quase que exclusivamente no meio empresarial, só os candidatos com o mínimo de viabilidade eleitoral garantem recursos para fazerem uma campanha minimamente competitiva.

Apenas pesquisas mais detalhadas podem produzir explicações mais definitivas sobre a razão de as eleições presidenciais recentes terem características que se assemelham mais à disputa no sistema eleitoral de maioria simples, do que a no sistema de dois turnos. Minha sugestão é que, além dos fatores conectados diretamente ao sistema eleitoral (efeitos mecânicos e psicológicos), o número de competido-

res numa eleição presidencial pode ser afetado por fatores exógenos (a natureza dos partidos, o federalismo e o custo das campanhas).

O passo seguinte é investigar qual é o impacto desses dois estímulos diferentes (concentrador na disputa presidencial e dispersivo nas eleições para o Legislativo) sobre o sistema partidário. A observação das três últimas eleições presidenciais revela uma disputa entre duas grandes coalizões, capitaneadas pelo PSDB (Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, José Serra em 2002) e pelo PT (Lula em 1994, 1998 e 2002). O PT e o PSDB foram os únicos entre os grandes partidos que disputaram todas as eleições presidenciais com candidaturas próprias. Essa participação contribuiu para a organização e a nacionalização eleitoral de ambos. É importante lembrar ainda que em cada eleição presidencial os partidos que concorrem mobilizam seus técnicos para a elaboração de um programa de governo, tarefa que acaba contribuindo para que o partido seja obrigado a apresentar uma convergência mínima em termos programáticos. Certamente o PT e o PSDB acabaram beneficiando-se da dinâmica da competição presidencial para tornarem-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros.

A Tabela 3 apresenta a votação dos principais partidos nas eleições de 2002. É interessante observar o desempenho do PT e do PSDB. O PT foi o mais votado para todos os cargos e obteve o maior número de representantes na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. O PSDB foi o segundo mais votado nas eleições para Presidência, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Governos de Estado, só perdendo esta posição para o PFL na disputa para o Senado. O PSDB elegeu ainda a segunda maior bancada de deputados estaduais e a terceira de deputados federais. Observe-se que em razão de mecanismos internos do sistema eleitoral, o PSDB recebeu mais votos do que o PFL na disputa para Câmara dos Deputados.

A análise das três últimas eleições presidenciais e da representação dos partidos em 2002 mostra que o PT e o PSDB têm se con-

solidado como os partidos estruturadores da vida partidária brasileira. Por isso, me parece ingenuidade acreditar que o PSDB participará da base de sustentação do governo Lula. Pelos dados acima, parece mais razoável imaginar o PSDB como partido que comandará a oposição ao governo Lula. Além de mais organizado do que os outros partidos do campo de centro-direita, o PSDB tem dois líderes emergentes que governam os dois maiores estados da federação, Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), ambos candidatos naturais à Presidência em 2006.

As três últimas eleições para presidente mostram que o sistema representativo brasileiro opera com duas esferas políticas relativamente autônomas. De um lado, a alta fragmentação nas eleições para a Câmara dos Deputados. De outro, a concentração da disputa presidencial em torno de um número reduzido de competidores. A autonomia das duas esferas é tão intensa que o PFL, o partido que obteve a maior bancada em 1998, sequer participou de uma das coalizões que disputaram as eleições presidenciais em 2002. A pergunta óbvia é: em que medida essa combinação afeta a capacidade de o presidente formar maioria no Legislativo? As quatro últimas eleições oferecem algumas lições. A principal delas é que devido à alta fragmentação partidária, a possibilidade de o partido do presidente obter maioria absoluta das cadeiras na Câmara dos Deputados é muito reduzida. Nas quatro eleições presidenciais, apenas em 1998 a coalizão eleitoral vitoriosa obteve mais de 50% das cadeiras (ver Tabela 1). Tanto Fernando Collor (1989), quanto Fernando Henrique Cardoso (1994) tiveram que fazer coalizões pós-eleitorais para aprovar sua agenda no Congresso. Collor enfrentou grandes dificuldades, por que competiu em uma eleição solteira (sem eleições concomitantes para o Legislativo) por um pequeno partido que tinha apenas 4% das cadeiras na Câmara dos Deputados. A aliança eleitoral que apoiou Lula no primeiro turno recebeu apenas 25% das cadeiras e teve que incorporar novos partidos na base de sustentação parlamentar.

Tabela 3. Resultado das eleições de 2002.

	% Votos Câmara dos Deputados	% Votos Assembleias Legislativas	% Votos Presidência	% Votos Governos de Estado	% Votos Senado	% Cadeiras	
						Câmara dos Deputados	Assembleias Legislativas
PT	18.4	16.4	46.4	27.6	22.0	17.7	13.9
PSDB	14.3	13.0	23.2	22.9	13.9	13.8	13.1
PFL	13.4	10.1		7.3	18.5	16.4	11.5
PMDB	13.4	10.9		12.9	16.4	14.4	12.5
PPB	7.8	7.8		7.5	4.5	9.6	8.8
PSB	5.3	6.2	17.9	10.0	2.2	4.3	5.6
PDT	5.1	5.9		4.7	5.2	4.1	5.9
PTB	4.6	5.9		1.8	3.4	5.1	5.9
PL	4.3	4.9		0.1	3.2	5.1	5.8
PFS	3.1	3.8	12.0	2.8	3.1	2.9	3.9
PC do B	2.2	1.3			4.0	2.3	1.6
PRONA	2.1	1.4		0.1	0.1	1.2	0.7
PV	1.4	2.0		0.1	0.6	1.0	1.0
Outros	4.7	10.3	0.5	2.2	3.0	2.1	10.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em quase duas décadas do atual ciclo democrático brasileiro, praticamente não tem havido grandes conflitos entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil – não obstante o fato de o país utilizar uma combinação condenada pela literatura como a pior possível: representação proporcional para a Câmara dos Deputados e eleição majoritária para o Executivo. Talvez o segredo da eficiência do sistema representativo brasileiro deva ser buscado na natureza dos partidos. Com exceção do PT, os principais partidos são pragmáticos e pouco ideológicos. Independentemente do partido do presidente, se este é orientado na direção do centro do espectro político, os outros partidos sempre têm se disposto a cooperar. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os principais dirigentes do PT parecem ter entendido essa lição. Pela primeira vez, o partido obteve apoio de forças de centro-direita: o PL no primeiro turno e o PTB no segundo. As negociações com o PMDB para eleição das mesas da Câmara dos Deputados e Senado vão na mesma direção.

O sistema representativo brasileiro passou por uma prova de fogo durante o processo de afastamento do presidente Collor. Um novo teste fundamental será o governo Lula: um governo de esquerda e de minoria parlamentar (pelo menos no seu começo). Ter priorizado as reformas constitucionais só tornará esse teste mais desafiador para o sistema representativo brasileiro.

Referências Bibliográficas

- NICOLAU, J. Notas sobre os quatro índices mais utilizados nos estudos eleitorais. In: LIMA JR., O. B. de (Org.). *O Sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- FARREL, D. *Electoral systems: a comparative introduction*. New York: Palgrave, 2001.

Resumo

O texto analisa o impacto das eleições de 2002 sobre o sistema partidário brasileiro. Apesar da continuidade da alta fragmentação nas eleições para a Câmara dos Deputados, a disputa presidencial foi concentrada em poucos atores. Os dados indicam que o multipartidarismo brasileiro pode estar caminhando na direção de um sistema polarizado pelo PT e o PSDB.

Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002

ANDRÉ MARENCO DOS SANTOS

O propósito deste trabalho consiste em extrair dos resultados eleitorais de 2002 elementos para uma aferição da consistência adquirida pelo sistema partidário brasileiro, após quatro disputas presidenciais e cinco legislativas, desde a redemocratização das instituições políticas. A expectativa que informa esta análise consiste na suposição de que partidos representam organizações consolidadas quando são capazes de produzir lealdades estáveis junto a eleitores e a candidatos a carreiras políticas. Isso significa, de um lado, que legendas partidárias são aptas a estruturar, de modo estável e relativamente previsível, a distribuição das preferências do eleitorado. Ao mesmo tempo, controlam, de modo eficaz, o acesso e a mobilidade nos postos públicos. Votos estáveis e fidelidade partidária revelam, assim, a presença de organizações partidárias capazes de agenciar a oferta de representação política.

As eleições de 2002 ficarão marcadas pela vitória de Lula na disputa presidencial. A magnitude do fenômeno representado pela conquista da Presidência da República por um candidato de esquerda e o realinhamento provocado na distribuição das preferências eleitorais justifica a atenção conferida à competição presidencial. Contudo, a lógica majoritária da eleição presidencial, embora ante-

cipe tendências, não oferece o melhor ângulo para um exame do sistema partidário. O quociente elevado dessa competição impõe – e candidatos bem sucedidos costumam ser aqueles que atendem este quesito - a ultrapassagem das fronteiras partidárias como exigência para uma candidatura competitiva na escala territorial de uma federação como a brasileira.

Em contraste, a dinâmica mais rotineira dos votos conferidos em eleições legislativas, sua correspondência mais próxima às redes organizativas de candidatos, cabos eleitorais e partidos permite uma calibragem mais adequada ao exame das tendências adquiridas pelo sistema partidário. Sem desprezar as conexões existentes entre eleições presidenciais e legislativas - especialmente desde 1994, com a configuração de um ciclo eleitoral simultâneo entre elas - parece aceitável considerar que a disputa por cadeiras legislativas corresponde à escala da organização dos partidos, sua presença territorial e a consistência nos vínculos de lealdade firmados com eleitores e parlamentares.

Votos

A distribuição dos votos para a Câmara dos Deputados em 2002 reafirmou um padrão nacional de elevada fragmentação, que pode ser verificada no número de partidos efetivos (N_p). Invertendo a curva ligeiramente descendente registrada em 1994 e 1998, o N_p alcançou 8.6, para o que contribuiu o incremento do eleitorado de pequenos partidos, especialmente PSB, PPS e PL. Nesse caso, parece evidente a sinergia provocada pela simultaneidade com a eleição presidencial, beneficiando legendas dotadas de candidatura presidencial.

Não seria surpreendente, ainda, identificar efeitos da disputa presidencial sobre a distribuição dos votos legislativos sob a forma de um incremento na volatilidade eleitoral. Mais uma vez, invertendo uma tendência à estabilidade, registrada em 1994 e 1998, o ín-

Tabela 1. *Câmara dos Deputados (% votos por partido)*

	1986	1990	1994	1998	2002
PPB	7.8	8.9	9.4	10.5	7.8
PFL	17.7	12.4	12.9	19.7	13.4
PTB	4.5	6	5.2	4.9	4.6
PPDs[1]	6.1	21.1	14.1	5.8	11
DIREITA	36.1	48.4	41.6	40.9	36.8
PMDB	48.1	19.3	20.3	19.1	13.3
PSDB	-	8.7	13.9	14.9	14.3
CENTRO	48.1	28	34.2	34	27.6
PDT	6.5	10	7.2	4.1	5.1
PT	6.9	10.2	12.8	14.6	18.4
PPEs[2]	2.4	8	4.2	6.2	12.1
ESQUERDA	15.8	28.2	24.2	24.9	35.6
Np	2.8	8.7	8.2	7.8	8.6
Vol. Part.	35.4	36.2	19	15.5	18.4
Vol Intra-blocos	23.9	15.6	12.4	13.8	7.8

Fonte: TSE.

$Np = 1 / \sum p_i^2$

Vol. Part. = $[(P1-P1')+(P2-P2')+\dots+(Pn-Pn')] / 2$

Onde P corresponde a proporção partidária de votos

dice de volatilidade alcançou a marca de 18,4%, o que já poderia ser considerado elevado, ao menos segundo parâmetros das poliarquias européias.¹

Por outro lado, diferente de 1998, quando a flutuação eleitoral ocorreu entre partidos do mesmo campo, em 2002 o deslocamento do eleitorado verificou-se entre diferentes blocos do centro e em menor medida, da direita, para a esquerda. Parece aceitável creditar, assim, o incremento da volatilidade a um epifenômeno – mais mitigado – do realinhamento provocado pelos votos presidenciais. De qualquer forma, os dados tornam saliente uma tendência progressiva à redução na volatilidade intra-blocos, limitando a frequência de movimentos do eleitorado entre partidos da mesma família ideológica.

Relevante para aferir a estruturação do sistema partidário é a incorporação de um tratamento mais desagregado aos dados, com o objetivo de examinar a organização dos partidos nas diferentes circunscrições estaduais. Isso permite dimensionar a extensão em que o sistema se nacionaliza, de forma a reconstituir a expansão territorial das legendas relevantes. Para operacionalizar esse propósito, adotou-se um procedimento singelo que consiste na identificação dos estados nos quais cada partido obteve pelo menos 15% dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Esse patamar foi arbitrado de modo a isolar apenas aqueles estados nos quais cada partido tenha adquirido uma força realmente expressiva, distinta de mera presença parlamentar, sem contudo - considerando os níveis de fragmentação observados - estabelecer um parâmetro excessivamente elevado para isso.

Essa operação pode ser conferida nas informações apresentadas na tabela a seguir:

1. Mair (1997) considera altas, taxas de volatilidade superiores a 17,2%, o que corresponde ao dobro da média européia.

Tabela 2. Força partidária estadual (Estados com votações superiores a 15%).

	1986	1990	1994	1998	2002
PPB	AC	AC RR	AC AM PA RO RR TO	RR TO	
	PI RN	PI	AL PI SE		AL
			DF GO	DF	GO
		SP	MG RJ	SP	ES
	SC RS	SC RS	PR SC RS	PR SC RS	RS SC
PFL	RR AP RO AM	AP AM	AP TO	AC AM TO AP PA RO	RR AM TO
	BA MA PE PI AL CE SE PB RN	BA MA PE PI AL SE PB RN	BA MA PE PI SE PB RN	BA MA PE PI PB RN	AL SE RN BA MA PE PI
	MT MS	MT	MS	MT MS	GO
	ES MG			RJ	
	PR SC	SC	SC	PR SC	
PTB	RR	PA RO RR	RR	-	AL PB
	MS	MT MS			
PMDB	AC AP AM PA RO	AC AM PA TO	AC AP AM PA TO	PA RO TO	PA RO
	AL BA CE MA PB PE PI RN SE	BA CE PB RN	AL CE MA PB PI RN SE	CE PB PE PI RN SE	CE PB PE PI RN
	GO MT MS	GO	GO MS	DF GO MT MS	DF GO MS
	ES MG RJ SP	ES MG SP	ES MG SP	ES MG	
	PR SC RS	PR SC RS	PR SC RS	SC RS	PR SC RS
PSDB		CE	CE RN	MA CE SE	CE PB PI
		ES	ES MG SP	ES MG RJ SP	ES MG SP
			MT	MS MT	MT GO
			RO	PA RO RR	PA TO
				PR	PR
PT				AC	AC AP PA RO
				SE	BA
		DF	DF	DF MS	DF MS
		SP	SP	SP	MG RJ SP
			RS	RS	PR SC RS
PDT		PB			AP RR MA
	RJ	RJ	ES RJ		
		RS	RS		

Fonte:TSE.

Após cinco rodadas de eleições legislativas, quatro partidos destacam-se pelo número de estados nos quais obtiveram participação eleitoral expressiva: PT, PSDB, PMDB e PFL.

De um núcleo inicial, formado por São Paulo, Distrito Federal e, mais tarde, Rio Grande do Sul, o PT expandiu-se em 1998 e, especialmente, em 2002, conquistando representação expressiva em 13 estados da Federação. É uma legenda importante na competição legislativa em estados do Sul, Sudeste, unidades do Centro-Oeste e Norte do país. Em contraste, sua participação no Nordeste é modesta, com exceção da Bahia. O PFL apresenta uma distribuição quase inversa a do PT: pouco destaque no Sul e Sudeste, modesto no Centro-Oeste; concentra seus resultados legislativos mais expressivos em colégios eleitorais do Nordeste e, em menor medida, do Norte. A configuração geográfica do PMDB parece um pouco mais equilibrada. Sua principal fragilidade localiza-se na região Sudeste, onde vem conhecendo sucessivas retrações na escala de seus votos, no Rio de Janeiro (1990), em São Paulo (1998) e em Minas Gerais (2002). Por fim, entre as maiores legendas, o PSDB conheceu um incremento em sua presença territorial em 1998, com ligeira retração em 2002; o Rio Janeiro parece ter sido seu revés mais significativo.

PPB, PTB e PDT revelam uma dimensão de partidos menores quando se isolam os estados em que conseguem alcançar pelo menos 15% dos votos legislativos federais. Não apenas a frequência de seções estaduais expressivas é reduzida, como a dimensão desses estados, confere a essas legendas uma condição periférica no sistema partidário brasileiro. A fusão entre PPR e PP, que criou o PPB, aparentemente geraria uma organização partidária com importante participação em número expressivo de colégios estaduais. Contudo, a prova do voto promovida nas eleições subseqüentes, de 1998 e 2002, rebaixou, novamente, essa legenda a uma condição modesta. Da mesma forma, PTB (Alagoas e Paraíba) e PDT (Amapá, Roraima e Maranhão) inscrevem-se em um *status* de partidos mar-

ginais. Sugestivo é o caso do trabalhismo brizolista. Tendo refluído seu espaço em seus redutos estaduais mais tradicionais (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), o brizolismo vê-se hoje reduzido a uma expressão partidária residual, na periferia da Federação.

Deputados

Corte analítico complementar pode ser obtido reconstituindo a trajetória partidária dos deputados eleitos em 2002. O problema, nessa perspectiva, consiste em verificar a longevidade dos vínculos de lealdade firmados entre ocupantes de cadeiras parlamentares e os partidos pelos quais foram eleitos. Supõe-se, aqui, que o tempo de filiação possa indicar evidências sobre a natureza e consistência das relações firmadas dentro de cada legenda.

Valores elevados identificam a existência de um intervalo temporal significativo, espécie de estágio probatório, como condição para que o aspirante a um posto parlamentar possa resgatar o investimento realizado previamente sob a forma de dedicação e lealdade às tarefas partidárias, deferência às suas lideranças, progressão na hierarquia interna, relações firmadas e convertidas em arregimentação de suporte eleitoral. Por outro lado, valores baixos revelam a existência de custos relativamente reduzidos, associados à condição de noviciado no partido.

Tempos de filiação elevados indicam a presença de oportunidade para a geração de lealdades mais seguras. A suposição que guia esta análise é a de que quando partidos controlam o ingresso e mobilidade na carreira política, o custo de transgressões eventuais à fidelidade partidária será elevado, o que incentiva a permanência na mesma organização e, produz como resultado a sedimentação de estruturas partidárias estáveis.

Shugart (1998) já sugerira uma associação entre a força partidária e os recursos de que a liderança dispõe para dirigir o recrutamento das bancadas partidárias: controle das nomeações e da ordem

dos eleitos, transferência de votos, restrições à competição intra-partidária e a existência de barreiras à formação de novos partidos promovida pela magnitude dos distritos eleitorais. Nessa direção, lista aberta, candidatos natos e elevada magnitude das circunscrições eleitorais incrementariam o potencial de competição intra-partidária, reduziriam, simultaneamente, o controle da liderança partidária sobre seus membros e candidatos. O cotejo da experiência brasileira com outras 18 democracias, conforme dados de Shugart, permitiu ao autor identificar o sistema partidário brasileiro com os mais baixos escores de oportunidades para liderança partidária forte.

Trânsito inter-partidário intenso constitui um registro endêmico na descrição do comportamento dos quadros políticos brasileiros (Nicolau, 1996; Mainwaring, 1999; Schmitt, 1999; Melo, 2000; Santos, 2001). Oportunidades para o recrutamento de candidatos a carreiras políticas com precários vínculos partidários prévios e ausência de mecanismos institucionais capazes de inibir a troca de legendas durante o exercício de mandatos públicos são convencionalmente indicados como pistas para explicar a magnitude do fenômeno.

Duas ressalvas podem ser feitas à hipótese de Shugart: em primeiro lugar, como demonstraram Figueiredo & Limongi (1999), não é possível fazer inferências automaticamente sobre o grau de disciplina legislativa a partir da leitura dos procedimentos do recrutamento eleitoral. Por outro lado, a associação entre engenharia eleitoral e as estratégias de carreira dos membros partidários deve ser mais matizada. Em uma aproximação preliminar, pareceria consistente a associação entre lista aberta e o incentivo à adoção de estratégias individualistas entre candidatos que se lançam a uma carreira política. Considerando que a possibilidade de êxito na competição por uma cadeira parlamentar esteja vinculada ao desempenho nominal individual e este dependa da capacidade em cortejar lealdades eleitorais pessoais, poder-se-ia supor que seu resultado deveria ser o incentivo a resultados maximizadores. Entre estes, a troca de legendas apareceria como recurso para otimizar trajetórias políticas.

Contudo, para confirmar a suposição de que a estrutura de oportunidades, configurada pelas regras eleitorais, incentiva estratégias de infidelidade partidária, seria necessário apresentar este como um comportamento invariante, que atravessa conjunturas, geografias e fronteiras partidárias. Trabalho anterior (Santos, 2001) mostrou o contraste entre a migração residual no primeiro multipartidarismo e o atual, bem como as discrepâncias estaduais na frequência das trocas de partido.

Um procedimento inicial para aferir a antiguidade dos vínculos partidários dos deputados eleitos consiste em identificar o ano em que se filiaram ao partido pelo qual conquistaram sua vaga parlamentar em 2002. Para considerar a presença de discrepâncias entre as legendas partidárias, foi isolado o dado relativo ao deputado mediano em cada bancada. O resultado pode ser visualizado abaixo:

Tabela 3. *Ano de filiação partidária.*
(*Deputado mediano de cada bancada eleita em 2002.*)

1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
PT		PC do B				PRONA
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
			PFL	PDT	PPB	
			PMDB		PSDB	
1997	1998	1999	2000	2001	2002	
PTB			PPS	PL		
PSB						

Fonte: Câmara dos Deputados.

Essa informação deve sugerir uma dose de moderação na repercussão do fenômeno da migração partidária. Embora possa ser relevante, não corresponde a um fenômeno uniforme, apresentando variações significativas quando se considera cada legenda. Não chega a surpreender que os partidos que ocupam as posições mais extremas no espectro ideológico apresentem bancadas compostas por deputados com vínculos organizacionais mais longevos. Ativismo e dedicação partidários prévios costumam constituir requisitos para a conversão de militantes em candidatos dentro de organizações cimentadas por material ideológico mais denso. Por outro lado, mesmo os *catch-all parties* mais convencionais na experiência partidária brasileira, como PMDB, PFL e PSDB revelam a presença de parlamentares medianos com sete a nove anos de história partidária, o que não chega a ser insignificante. O contraste mais saliente fica com pequenas siglas, como PSB, PPS ou PL, cuja composição termina por refletir fluxos de adesões recentes e, por isto, ainda não testadas.

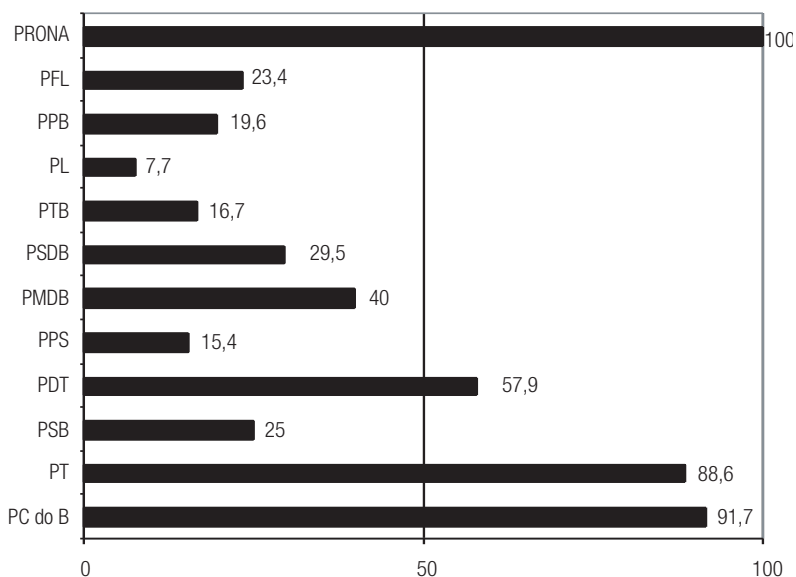
Esse tratamento dos dados não está infenso a apresentar ao menos dois tipos de *bias*: por um lado, apresenta um nível de agregação ainda elevado, com os partidos representados pelo comportamento de seus membros medianos. Embora descortine uma fresta, não permite reconstituição precisa das variações existentes no interior de cada bancada. Por outro lado, pode apresentar uma distorção geracional. Eventualmente, anos recentes de filiação poderiam ser o resultado do ingresso de novas gerações na carreira política, e a ausência de um teste representado pela continuidade temporal não permitiria inferir sua (in)fidelidade.

Uma solução consiste em relacionar o ano de filiação com o momento de início na carreira pública. Quando a filiação antecede, ou, ao menos, é simultânea ao primeiro cargo público, deve estar-se diante de um caso de recrutamento endógeno, no qual a trajetória política esteve baseada em recursos partidários e a indicação para candidaturas ocorrera dentro das fileiras do partido. O inverso, filiação posterior ao ingresso na carreira pública, revela, como parece

evidente, a ocorrência de migração na história pessoal do parlamentar, e, principalmente, menor relevância da organização partidária para a potencialização de sua trajetória individual. Contudo, foram desprezadas filiações anteriores à criação do partido pelo qual ocorreu sua eleição em 2002, quando sua adesão a este ocorreu no momento da fundação partidária. Isso significa que não faz sentido cobrar a infidelidade, por exemplo, ao PFL ou PSDB, quando estes ainda não existiam. Assim, um deputado que, mesmo tendo sido afiliado a outro partido, transferiu-se para uma dessas legendas no momento de sua fundação, permanecendo nela desde então, será considerado como de recrutamento endógeno.

A configuração das bancadas partidárias mais relevantes em 2002, segundo a frequência de um padrão endógeno de recrutamento partidário, pode ser examinada no gráfico a seguir:

Gráfico 1. % recrutamento endógeno - bancadas eleitas em 2002.



Fonte: Câmara dos Deputados

PRONA, PC do B e PT e, em proporção mais modesta, PDT apresentam um predomínio de recrutamento endógeno na formação de suas bancadas eleitas em 2002. No PT, a filiação prévia ao início da carreira prepondera em todas as seções estaduais, com exceção do Acre, Distrito Federal e Sergipe. O PMDB revela um grupo minoritário, embora expressivo, de deputados recrutados dentro das fileiras partidárias. Considerando seus resultados estaduais eleitoralmente mais expressivos (ver seção anterior), esse comportamento é dominante em suas bancadas eleitas nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e, ainda, no Pará. No PSDB, as bancadas de São Paulo, Minas Gerais e Goiás são responsáveis pela maior frequência de recrutamento endógeno. Dentre os estados mais importantes para o PFL, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe possuem predomínio de deputados com perfil mais partidário. Rio Grande do Sul e Goiás correspondem à mesma situação para o PPB. Por fim, em nenhum dos estados eleitoralmente expressivos do PTB predomina recrutamento endógeno.

Discrepâncias desse tipo recomendam cautela no isolamento de variáveis capazes de gerar efeitos uniformes sobre o quadro partidário. Pode-se supor que existam outros elementos, cuja presença, em cada situação, refrate as injunções exercidas por regras institucionais. Parece prudente, a esta altura, lembrar a recomendação de Lima Jr. (1983), da conveniência de descartar-se a premissa de uma racionalidade invariante, substituída por outra, de natureza contextual. Esta, deve considerar, conforme aquele autor, as variações nas preferências eleitorais e no esforço organizacional empreendido pelos partidos.

A maximização de oportunidades para a continuidade na carreira política parece estar sempre vinculada à adoção de estratégias de migração partidária: acesso a recursos governamentais, obtenção de posições ou cargos legislativos, evitar a competição com um concorrente intra-partidário mais poderoso em um ciclo eleitoral futuro. Contudo, se a troca de legenda possui um estoque de incentivos, fornecidos pela legislação eleitoral e parlamentar, deve-se considerar

também, a existência de custos, associados à escolha desse curso de ação, ou ainda, de prêmios decorrentes de um comportamento baseado em lealdade política. Não fora isso, não se poderia compreender a permanência, em muitos casos, durante toda a carreira política, na mesma legenda partidária. A percepção dos prêmios a serem obtidos através da lealdade ou dos riscos e custos contidos na defecção podem desestimular sua escolha.

Pista promissora a ser explorada nesta direção consiste no exame da sinergia existente entre o comportamento de eleitores e candidatos. A presença de identidades partidárias duráveis, capazes de estruturar a distribuição de preferências eleitorais pode representar custos mais elevados para a transgressão de lealdades partidárias, uma vez que indica a disponibilidade de eleitores aptos a punir eventuais infidelidades. Em contraste, um padrão de comportamento eleitoral marcado por elevados níveis de volatilidade sugere escassa eficácia de apelos e símbolos associados a cada legenda, indicando, igualmente, menores riscos para a violação dos vínculos de fidelidade organizacional.

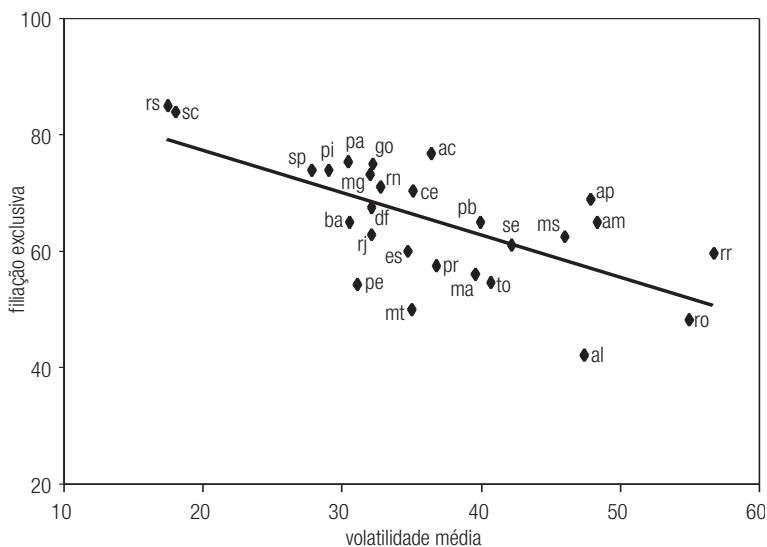
Embora se deva considerar que o tempo e a rotina eleitoral contribuam para uma nacionalização do sistema partidário brasileiro – como já se fizera ao final do primeiro sistema multipartidário – não se deve negligenciar a presença de tradições e de uma topografia política e eleitoral peculiares a cada unidade da Federação, o que implica na geração de custos e incentivos singulares para estratégias de lealdade ou migração.

Por outro lado, dificuldade adicional na correlação volatilidade/migração reside na direção da causalidade: trânsito partidário intenso – sob condições de lista aberta - pode afetar a distribuição de preferências e, logo, a volatilidade eleitoral. Por fim, não se deve negligenciar um problema de correspondência temporal: como *filiação exclusiva* busca identificar a ocorrência de vínculos firmados ao longo da carreira política, e uma eventual migração detectada pode ter ocorrido em diferentes momentos de uma trajetória pública,

torna-se inadequado cotejá-la com um episódio eleitoral em espaço temporal distinto, eventualmente mais recente.

Considerando essas dificuldades, optou-se por um recorte mais rudimentar da variável responsável por medir a flutuação eleitoral: para singelamente visualizar graus distintos de estabilidade eleitoral por estado da Federação, ao longo do período em exame, extraiu-se uma média das taxas de volatilidade estaduais nas cinco eleições em observação. A esse valor foi cotejado o registro de parlamentares com filiação partidária exclusiva, durante o mesmo intervalo.

Gráfico 2. *Bancadas estaduais segundo filiação exclusiva e volatilidade estadual (1986-2002).*



A associação entre volatilidade e filiação exclusiva apresentou correlação negativa (-0.657^{**} , significativo a 0,01), indicando a existência de uma associação entre maior imprevisibilidade na distribuição das preferências eleitorais e menor frequência de filiações exclusivas em cada estado. Rio Grande do Sul e Santa Catarina des-

tacam-se por um padrão que parece corresponder ao de maior controle partidário sobre a competição e o recrutamento legislativo: menor flutuação eleitoral, acompanhada por maior participação de parlamentares com vínculos exclusivos à sua legenda. Eleitores previsíveis na atribuição de seus votos parecem, aqui, sinalizar o potencial de sanções para a infidelidade ou premiar candidatos com lealdades partidárias testadas durante suas trajetórias políticas.

No outro extremo, Estados como Rondônia e Roraima ilustram uma combinação de elevada volatilidade eleitoral e menor fidelidade aos vínculos partidários. Nesse caso, a flutuação e a imprevisibilidade do comportamento do eleitor não parecem representar risco relevante de sanção às defecções, que ocorrem em frequência mais elevada.

Casos discrepantes podem ser constatados, por exemplo, em Pernambuco, Mato Grosso e Alagoas, onde parlamentares eleitos em 2002 apresentaram propensão à infidelidade ao longo de sua trajetória política superior aos movimentos observados no eleitorado estadual.

Em resumo, migração e lealdade partidárias não apresentam comportamento uniforme. Estados com eleitores mais previsíveis na distribuição de suas preferências também revelaram bancadas formadas com presença dominante de parlamentares com filiação exclusiva, ou seja, daqueles que ao longo de sua trajetória pública, até a conquista da cadeira parlamentar, estiveram vinculados unicamente ao partido responsável pela obtenção da vaga.

Finalmente, parece haver, aqui, um círculo perverso de retro-alimentação: infidelidade partidária endêmica incrementa o custo da informação para o eleitor, o que torna mais difícil a operação de associar o candidato de sua preferência ao partido de seu escolhido, e de assimilar o significado de rótulos partidários distintos. Como não são capazes de distinguir e valorizar a oferta de partidos, eleitores deixam de punir violações à fidelidade partidária. O que torna mais lenta a sedimentação de organizações partidárias estáveis.

Referências Bibliográficas

- FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: FGV, 1999.
- LIMA Jr., B. *Partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization*. The case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAIR, P. *Party system change*. Approaches and interpretations. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MELO, C. R. *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000, Petrópolis. Anais ...Petrópolis: ANPOCS, nov. 2000.
- NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia*. Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SANTOS, A. M. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 45, p.69-83, fev. 2001.
- SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 54, p. 127-146, jul.1999.
- SHUGART, M. The inverse relationship between party strenght and executive strenght: a theory of politicians' constitutional choices. *British Journal of Political Science*. Cambridge, n.28, p. 1-29, 1998.

Resumo

Este texto procura fazer um balanço do sistema partidário brasileiro com base nas eleições legislativas de 2002. A partir do exame do desempenho eleitoral dos principais partidos e da trajetória partidária dos deputados federais eleitos, pretende-se testar a consistência nos vínculos de lealdade partidária de eleitores e de parlamentares.

A face dominante da esquerda brasileira: avanços, mudanças e dilemas do Partido dos Trabalhadores

RACHEL MENEGUELLO

Nas primeiras eleições gerais do século 21 as conquistas da esquerda nos cenários regionais e nacional romperam a trajetória ascendente dos partidos conservadores no Brasil, observada desde o início da democratização em 1985.

Não há dúvida de que o sucesso eleitoral em 2002 dos partidos e das candidaturas de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso deveu-se em boa medida ao esgotamento do modelo implementado desde 1995 e ao alto grau de insatisfação que veio marcando a relação dos cidadãos com o Estado brasileiro.

Mas, também é inegável que as conquistas dos partidos de esquerda nessas eleições, com a obtenção da Presidência da República, um impressionante aumento de cadeiras no Congresso Nacional e Assembléias, e a conquista de governos em vários Estados, traduzem as transformações dos setores da esquerda no período pós-85. Setores esses que redefiniram seus fundamentos a partir do marco da participação e reorganização da sociedade civil e colocaram, no centro da estratégia de construção democrática, a conquista da cidadania.

Esse movimento é claro para o Partido dos Trabalhadores nos anos 90. Sua transformação orientou-se pela construção da institucionalidade democrática, estabeleceu-se de forma efetiva a partir das experiências de governo local e da dinâmica política ali definida, e pela posição de aglutinador de forças políticas que veio assumindo ao longo do período.

Este breve artigo apresenta alguns aspectos que destacam a trajetória do Partido dos Trabalhadores nos anos 90 até a vitória nas eleições presidenciais de 2002: as adequações de sua proposta, as formas como o partido reagiu ao dilema da democracia partidária interna, e as inovações introduzidas pelas experiências de governo.

PT: mudanças de percurso

Os marcos da inovação da proposta político-partidária petista devem ser compreendidos à luz de aspectos específicos da esquerda brasileira e à luz da discussão sobre a crise de representação que marca as democracias ocidentais. O cenário de transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas observadas nas últimas décadas definiu um campo de participação e de representação política compartilhado por partidos, grupos e movimentos organizados, estabelecido sobre interesses de natureza variada, e determinado num terreno caracterizado tanto pela manutenção dos antagonismos sociais e das questões ali produzidas, quanto pela emergência de novas questões na cena pública.

O intenso debate sobre a crise das instituições representativas tem como orientação o crescente aumento das demandas da sociedade civil e a crescente incapacidade de resposta do Estado democrático a essas demandas. Nesse terreno, a relação entre cidadãos e Estado ganha destaque.

No caso brasileiro, o novo terreno da democracia, e suas insuficiências, introduziu novas dimensões nas relações sociais e nas relações com o Estado, dentre as quais, novas formas de relacionamento

entre elites e atores populares, a proposição de novas formas de institucionalidade de caráter mais participativo e deliberativo, sobretudo voltadas para a gestão de políticas públicas, e o desenvolvimento de uma noção de cidadania que adquire caráter político-estratégico através de sua capacidade de expressão de interesses e reivindicações. (DAGNINO, 1994; 2002).

Em um cenário fortemente adverso às instituições tradicionais partidárias, define-se, por um lado, um terreno de mobilização e organização de setores populares sob formatos institucionais variados, inclusive aproximando-se do Estado e da gestão de alguns assuntos e políticas específicas. Por outro, o Partido dos Trabalhadores consegue ao longo dos anos 90 metabolizar no campo da esquerda a congruência entre cidadãos e Estado no nível das estruturas formais do funcionamento democrático, ou seja, levando para a arena eleitoral o terreno da expressão de demandas e insatisfações de setores da sociedade civil com os processos políticos e sociais (FUCHS & KLINGEMANN, 1994).

Esse foi o eixo condutor das transformações da esquerda no período. O deslocamento do pólo *revolucionário* para o pólo *social*, tal como foi denominada a conversão de setores da esquerda, definiria seu significativo crescimento eleitoral em um terreno adverso, francamente conservador.

O Partido dos Trabalhadores foi organizado em 1980, na esteira das possibilidades formais que o regime militar abria com a Reforma de Partidos de 1979. No entanto, foi nesse cenário, ainda durante o regime militar, que a superação das tradicionais formas de ação política e organização de esquerda por novos paradigmas de intervenção apresentados pelos movimentos sociais e pela onda associativista dos anos 80, gerou o terreno para o surgimento do que foi denominado “esquerda social.” (GARCIA, 1994).

Seus vínculos de origem com os movimentos sociais, em especial com o sindicalismo que emergia em fins dos anos 70, e o processo de aprendizado de participação e associação, fizeram com que

esses novos setores constituíssem uma visão crítica com relação às esquerdas tradicionais, sobretudo com as bases do instrumentalismo e vanguardismo, o que os levou a romper com a tradição dos movimentos de esquerda das gerações anteriores. Esse rompimento marcou, portanto, uma matriz de distinções importantes: a heterogeneidade ideológica e a priorização da democracia.

É nessa onda que o PT viria a se tornar o vértice das forças de esquerda e traria ao quadro político-partidário duas inovações inquestionáveis no âmbito da organização interna e da proposta política.

Como proposta política, desde o início o PT se apresentou como partido ideologicamente plural, não filiado a qualquer doutrina, inclusive a marxista. Seu projeto era claramente classista, apoiado em uma idéia imprecisa de socialismo, mas que tratava de associar a construção do socialismo ao cotidiano das lutas sociais, tendo como horizonte a construção de uma nova cidadania e a estruturação democrática. (MENEGUELLO, 1989).

A presença do movimento operário sindical como principal componente social do partido tem clara influência nessa concepção autônoma com relação às orientações da esquerda tradicional. A matriz da esquerda social que o produziu o levou a recusar a vinculação com as vertentes tradicionais doutrinárias. Isso definiria uma proposta socialista com alto grau de imprecisão, mas que traduzia os múltiplos nexos sociais que havia contraído na sua formação.

Em termos político-ideológicos, a imprecisão socialista do PT traduziria a crise do socialismo que se colocava no horizonte dos experimentos internacionais. A concepção do projeto socialista associado ao horizonte da democracia pode ser explicada em parte pela contemporaneidade das experiências do PT e do Sindicato Solidariedade, na Polônia, e que emolduraram a reflexão da construção democrática e das estratégias de organização política sob o regime militar. (GARCIA, 1990).

De sua formação até a transição para o regime democrático (1985), a feição política do partido foi conduzida por uma orientação fortemente classista. Foi a partir da definição dos pontos básicos da Plataforma Eleitoral Nacional para as eleições de 1982, no 2º Encontro do partido, que a tônica da proposta petista seria mais bem definida: reforma agrária radical, desconcentração da propriedade privada e governo de trabalhadores.¹

Mas foi em 1989, com a participação na primeira eleição presidencial direta do novo regime, que se estabeleceram as primeiras transformações das bases políticas e programáticas do partido. No 6º Encontro nacional definiu-se a rejeição aos moldes do partido leninista, partido único e burocrático, e se afirmou a idéia do *socialismo com democracia*.²

A participação no 2º turno da eleição presidencial levou o partido a definir sua primeira concessão política: como vetor das forças de esquerda, contra Fernando Collor e os partidos conservadores, ao aglutinar a diversidade partidária e ideológica que a democratização havia produzido no campo da centro-esquerda, o PT compartilhou o palanque eleitoral com forças políticas com as quais o partido havia se apresentado como ruptura na história política brasileira. Esse foi o caso exemplar de Leonel Brizola, líder do PDT e do antigo trabalhismo dos anos 50 e da era Vargas, período em que se havia produzido um modelo sindical atrelado ao Estado, contra o qual o novo sindicalismo petista lutava para transformar e conferir mais autonomia. Como consequência lógica da dinâmica do 2º turno nos processos eleitorais, o PT começava então a definir a política de alianças e de ampliação do leque de setores políticos. A eleição de 1989 em especial conseguira produzir um divisor cla-

1. O lema da primeira campanha do PT em 1982 era Terra, Trabalho e Liberdade. *Plataforma Estadual do PT-SP*, 1982

2. RESOLUÇÕES do 6º Encontro Nacional, 1989. In: *Resoluções de Encontros e Congressos* (1979 - 1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, :1998.

ro do mapa de forças expressivas no cenário nacional, e apesar da derrota, Lula e o PT ganhavam ali a posição de principais vetores da esquerda.

Esse redimensionamento se consolidou no I Congresso Nacional do Partido, realizado em 1991, que discutiu um “*renovado projeto de socialismo democrático*”. As teses majoritárias afirmam a rejeição da ditadura do proletariado, o colapso do socialismo real, as distinções com a social-democracia, e definem uma “*política de acúmulo de forças de longa duração*”, baseada na articulação das forças democráticas e socialistas.³

No decorrer da década de 1990, a *política de alianças* desenvolvida pelo partido nas várias conjunturas eleitorais terá papel central na sua redefinição.

O 8º Encontro Nacional, em 1993, estabelece como resolução a proposta de construção de um arco de alianças de partidos de esquerda para viabilizar a vitória eleitoral em 1994 e a realização do programa. O 9º Encontro realizado em 1994, antes das eleições, seria ainda muito mais explícito quanto à estratégia de “*derrota do projeto neoliberal*”, acolhendo uma ampliação pragmática da Frente de forças políticas:

“ Unificando desde já, em escala nacional, os partidos que integram o campo democrático-popular no Brasil – PSB, PPS, PC do B, PC, PSTU e área do PV – temos condições, em muitos Estados, de ampliar pragmaticamente tal leque, incorporando à Frente setores do PSDB, PDT e PMDB descontentes com as alianças formadas pelas cúpulas de seus partidos, ou os que acompanharão a dinâmica de crescimento da candidatura Lula, respeitando sempre os critérios éticos e políticos, que vedam alianças com os conservadores, com os exploradores e os corruptos. Porque a busca de alian-

3. RESOLUÇÕES do I Congresso Nacional, (nov. – dez., 1991). In: *Resoluções de Encontros e Congressos (1979 - 1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

*ças amplas e o pragmatismo não podem atingir, em nenhuma hipótese, o patamar da desfiguração(...).*⁴

Para a eleição de 1998, o PT reafirmou sua política de alianças de forças de esquerda traduzida na *Frente Brasil Popular*.⁵ O partido foi claro ao estabelecer como requisitos para inserção no campo da aliança, a oposição e a resistência à política neoliberal de FHC. Essa determinação deu a condição de afastamento do PPS e PV,⁶ e de aproximação do PDT e Brizola ao partido. A *Frente de Oposições* articulada para as eleições de 1998 – PT, PDT, PSB, PCB, PC do B – sustentaria a candidatura de Lula para presidente e Brizola para a vice-presidência da República.

Parece claro que as duas derrotas do PT e da Frente de esquerdas para a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 deveram-se aos anos de sucesso da política econômica implantada. A má avaliação pelo partido das possibilidades que o Plano Real e a estabilidade monetária criavam para segmentos significativos da população impediu que o PT adquirisse em nível nacional uma capacidade de aglutinação mais ampla.

A recuperação do partido a partir dessas duas importantes derrotas se daria em duas dinâmicas. A primeira delas constitui o próprio crescimento do partido em nível local. Entre 1992 e 2000 o PT triplicou o número de prefeituras governadas (de 54 para 187 municípios, incluindo capitais de Estados e em 1998 elegeu três governadores estaduais). Esse avanço foi fundamental para que o par-

4. RESOLUÇÕES do 9º Encontro Nacional, 1994. In: *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

5. RESOLUÇÕES do 10º Encontro Nacional, 1995. In: *Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

6. O PPS já se havia afastado do Bloco de Oposições no Congresso Nacional, e teria candidatura própria na eleição de 1998 – Ciro Gomes – com apoio do PV – Partido Verde. Já nessas eleições, o PSTU e o PMN participaram com candidaturas próprias.

tido gerasse conhecimento e apoio sobre sua capacidade de governar, criando bases de legitimação para figurar no cenário nacional na disputa pelo governo.

Mas o PT e a Frente de oposições ao governo FHC foram beneficiados sobretudo pela crise internacional que já despontava no início de 1999. Os índices de avaliação do Plano Real e do governo FHC mostram uma queda acentuada de popularidade do governo ao longo dos anos.⁷ O esgotamento do modelo implantado pela era FHC seria refletido em vários setores, mas seriam as bases do setor produtivo da indústria nacional que o partido elegeria como campo de aglutinação de forças para elaboração de um projeto nacional.

Já em 2001, o partido entendeu reconhecer o momento histórico de apresentar um projeto de grande potência para o país, e apontou para a aliança com setores do empresariado nacional para rearticulação da economia, resgate da estabilidade, reforço do mercado nacional e combate ao desemprego.⁸

Alçado no descontentamento crescente de setores amplos da sociedade brasileira com o governo FHC, a política de alianças do PT sofreu em 2002 uma ‘superampliação’ pragmática do leque de forças de oposição ao governo e trouxe para o bloco de oposições os setores descontentes do empresariado nacional.

Em reunião de março de 2002, o Diretório Nacional do partido autorizou a aproximação dos setores do PMDB oponentes ao governo federal e do PL – Partido Liberal, que viria a compor com Lula a chapa para a Presidência da República.⁹

7 Entre janeiro de 1995 e novembro de 2001, a avaliação positiva de FHC caiu de 75% para 24% e a avaliação do plano real de 75% para 42%. *Dados do Instituto Datafolha*. Banco de Dados do CESOP, Unicamp.

8 Entrevista de José Dirceu, Presidente do PT à *Revista República*, Ano 5, n.58, p. 52-56, ago. 2001.

9 *Resolução do Diretório Nacional sobre a política de alianças*, 27 mar. 2002.

A proposta petista vitoriosa na eleição presidencial de 2002 baseou-se em uma conhecida equação na trajetória da social-democracia, em que se articulam Capital e Trabalho, mas que se apresentou ao país como uma fórmula central para ativar a aglutinação de forças que passou a ser chamada de *contrato social*.

O dilema da democracia partidária interna

A distribuição interna do poder partidário é uma das mais caras discussões da teoria partidária e uma das mais duradouras. A inevitabilidade das oligarquias preconizada por Michels há 90 anos é provavelmente a mais contemporânea das questões, porque traduz os aspectos que diretamente afetam a unidade interna, a representação de grupos e a capacidade de agregação dos partidos de massa (MICHELS, 1980).

A composição política do PT em sua origem, com uma base de grupos de esquerda de filiação variada, determinaria uma convivência interna difícil, marcada sobretudo pela disputa entre distintas visões de partido e de seus objetivos. O grupo majoritário no partido é desde seu início o grupo vinculado ao movimento sindical e as várias dissensões deram-se em torno da visão não-doutrinária que o grupo majoritário – Articulação – impôs ao partido.

Já em 1986, no 4º Encontro Nacional e às vésperas da 2ª eleição geral legislativa de que participaria, o partido apontava a necessidade de equacionar “problemas de ordem ideológica, política e organizativa” trazidos pela disputa entre tendências. No 4º Encontro, o direito de tendência seria reconhecido, e o 5º Encontro (1987) elegeu o 4º Diretório Nacional através da disputa entre quatro chapas, além de produzir Resoluções firmes sobre o funcionamento das tendências do partido.¹⁰

10 A intensa atuação de grupos trotskistas no partido é o motivo central das resoluções. “(...) *É rigorosamente incompatível com o caráter do PT (continua)*”

O 5º Encontro seria definitivo para exclusão de grupos internos, notadamente a Causa Operária e a Convergência Socialista, que seriam expulsos do partido respectivamente em 1990 e 1992. Em 1994 a Convergência Socialista organizaria o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

Não apresento aqui de forma detalhada as distinções ideológicas de cada grupo e a composição política de cada disputa para formação do Diretório Nacional do partido. O que marca os anos 90 são as disputas de grupos em torno da disjuntiva democracia-socialismo, traduzida nas plataformas eleitorais para a Presidência da República de 1994 e 1998 e na política de alianças que se esboça na campanha de 1998, e a hegemonia do grupo Articulação, tendência majoritária que segue sob a liderança de Lula desde a formação e por cinco mandatos com o deputado paulista José Dirceu.

O que interessa destacar é que ao final desse período, e apesar da desmobilização natural conseqüente das derrotas eleitorais, o PT mostraria um fôlego organizativo impressionante: o partido realizou campanha de filiação e cadastramento e iniciou o século 21 com mais de 924 mil filiados, com diretórios em 4.016 dos 5.528 municípios do país. Além disso, teria a iniciativa de implementar mecanismos internos para legitimar a distribuição de poder entre grupos, através da realização de eleição direta para a presidência do partido em 2001.¹¹

Nessa eleição ficou explícita mais uma vez a difusão de grupos:

(continuação) a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria, com representação pública própria com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.(...)” Resolução sobre Tendências. 5º Encontro Nacional, Local: editora. dez. 1987.

11 DADOS da Secretaria de Organização do PT. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 16 set. 2001.

as sete chapas apresentadas contemplavam 20 tendências,¹² a Articulação venceu por 55.5% dos votos.¹³ Esse processo inédito na dinâmica partidária nacional indicou um fôlego de resistência às determinações de Michels (1980), fundamental para consolidar a linha política do partido.

O modo de governar e a institucionalidade democrática

Uma das principais marcas do PT nos anos 90 foi a introdução de fórmulas participativas na dinâmica de governos locais, definindo mecanismos de participação efetiva da população em processos decisórios.

As experiências de governos locais que o partido passou a construir a partir de 1988, e em alguns municípios de forma ininterrupta até 2002, como é o caso de Porto Alegre (RS), têm seu projeto original vinculado às formas de democracia valorizadas pelos setores que compuseram o partido em seu início. Em específico, vale lembrar o *novo sindicalismo* e suas formas de organização – as assembleias e as reuniões amplas – que tiveram sua dinâmica transportada para os processos decisórios internos partidários através dos *núcleos de base*. Grosso modo, os *núcleos de base* traduzem a proposta de democracia participativa através de mecanismos de participação das bases partidárias na dinâmica interna, definem a instância primária

12 Os grupos mais destacados são: Articulação; O Trabalho; Democracia Socialista e Esquerda Democrática. Há ainda os demais grupos: Ação democrática; Unidade na Luta; Democracia Radical; Unidade Popular e Socialista; Ação Democrática; Movimento pela Tendência Marxista; Articulação de Esquerda; Força Socialista; Corrente Socialista dos Trabalhadores; Brasil Socialista; Refazendo; Fórum Socialista; PT de luta e de massas; Fórum Socialista Solidário; Utopia e Vida; Movimento PT.

13 O deputado federal José Dirceu (Articulação) teve 113.713 votos de um total de 205.133 votos válidos. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 28 set. 2001.

de elaboração do programa partidário, bem como constituem a instância de vinculação com a sociedade (MENEGUELLO, 1989).

As bases da proposta da construção de uma nova institucionalidade democrática traduz, portanto, a natureza da proposta petista, fundada na busca do aperfeiçoamento da democracia participativa e da transformação do Estado democrático. O *Orçamento Participativo* destaca-se nesse terreno, como proposta de inclusão da sociedade organizada em esferas deliberativas do Estado.

Essa inovação na relação com o Estado tem base no redimensionamento da função governativa do partido, na qual a gestão da sociedade e a relação que dela extraem o Estado e a sociedade civil são pontos centrais. Nesse processo, o partido é lançado ao centro dos processos governamentais e de produção de políticas públicas, através das quais se viabiliza a responsividade das instâncias decisórias à sociedade.

Essa é uma questão vital para o Brasil e os demais países da América Latina. A introdução de projetos políticos inovadores nos núcleos do poder deliberativo e executivo se coloca como uma dimensão essencial na direção da transformação das sociedades desiguais.

Isso pode ser observado nas experiências de governo local desenvolvidas nas duas últimas décadas do século XX em vários países latino-americanos. Tais países, defrontados com o descompasso entre o processo de modernização e planejamento, e a conseqüente agudização das tensões sociais, buscaram equações alternativas para a governabilidade nos grandes centros urbanos, em plena onda de democratização no continente. Resultaram dali, em situações específicas, propostas de gestão local que tiveram como elemento propulsor a participação dos cidadãos e a constituição de espaços sociais ativos e mobilizados. (ZICCARDI, 1991; MENDOZA, 1995; SÁIZ, 1998).

Esses também são pontos da experiência democrática brasileira, na qual a transformação do Estado e das formas de gestão se estabelece não apenas como uma necessária resposta administrativa, mas também como forma de fortalecimento da representação po-

pular na gestão da coisa pública, ampliando os limites do espaço público. (AVRITZER, 2002; LUCHMANN, 2002).

Esse é um ponto essencial do governo petista que se instala, a partir de 2003, sobre as bases de um projeto político subjacente ao poder democraticamente constituído. Nesse projeto, é central a constituição de espaços públicos de participação e deliberação, através dos quais se redimensiona a relação entre governo e cidadãos, com base em fórmulas participativas e em mecanismos institucionais permeáveis à inserção de amplos segmentos da sociedade civil e às suas demandas.

Em geral, as experiências petistas de governo em nível local vêm mostrando que é possível alterar algumas das feições da gestão pública através da introdução de ações inovadoras na gestão de serviços e na definição de políticas e de prioridades. Essa dinâmica expressa a viabilidade de projetos de governo buscarem a amplificação da sua função, no sentido de integrar segmentos das populações, interesses articulados e grupos organizados, de forma a trazer ao processo decisório vontades e demandas estruturadas em outros espaços. Conforma-se, assim, uma lógica singular, na qual o corpo estatal redimensiona sua razão instrumental segundo o projeto político que lhe é posto como vontade governamental, sustentada pela soberania popular.

Considerações preliminares sobre o novo governo: a nova relação do Estado com a sociedade civil

A presença do presidente Lula em Porto Alegre no Fórum Social Mundial e o acolhimento dado pelo Fórum aos vários ministros e representantes governamentais definiram uma situação de amplo significado político para a lógica do governo e para a lógica da sociedade civil articulada em movimentos e organizações.

O Fórum Social surgiu como instância de resistência e criatividade da sociedade civil na direção de sua afirmação e fortaleci-

mento, em uma dimensão mundial. É um espaço plural da sociedade civil, aberto à diversidade de formas de engajamento e de atuação dos movimentos. Em sua Carta de Princípios, explicita que não é espaço governamental e partidário. Sobre isso, um dos pontos do referido documento é claro em afirmar que “poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos da Carta.” Conforme registram as informações, na sua segunda edição em 2002, o Fórum Social Mundial não convidou nenhum governante ou parlamentar.

Infelizmente, não é fácil argumentar, no caso brasileiro, que partidos também fazem parte da sociedade civil. Nossa história partidária republicana mostra que são muito recentes os experimentos marcados por patamares diferenciados de representação. Observados mais de cem anos de República, o padrão dominante de *retroalimentação* entre partidos pouco representativos e Estado patrimonialista é a justa razão do afastamento dos movimentos sociais e do antagonismo entre Estado e sociedade.

É assim que, nessa direção e já de início, a presença do governo petista em Porto Alegre expressa a ligação positiva possível que projetos político-partidários transformadores podem constituir entre espaços e sujeitos consagradamente distantes por natureza e propósitos.

Ao ser acolhido por um fórum amplo e consagrado da sociedade civil, o governo petista abriu de modo amplo um caminho para subverter a relação convencional entre o Estado e a sociedade e redefinir a lógica de governo, no qual o Estado pode emergir como intermediário entre um projeto transformador e a sociedade mais ampla.

Por sua vez, também se abriu um caminho para que se subverta a lógica convencional dos movimentos sociais, de forma a ultrapassar os limites da pressão e da distância de interesses da sociedade frente ao Estado, e a incompatibilidade entre demandas constituídas e políticas públicas. Essas transformações parecem profícuas à democracia brasileira.

Referências Bibliográficas

- AVRITZER, L. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COUTO, C. *O desafio de ser governo: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FARNETI, P. Partiti, stato e mercato: appunti per un'analisi comparata. In: [?]. *I Sistemi di Partito*. Milano: Franco Angeli, 1986.
- GARCIA, M. A. A social-democracia e o PT. *Tendências e Debates*, n.12. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 1990.
- _____. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90, Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- KATZ, R.; MAIR, P. How parties organize – Change and adaptation. In: *Party organizations in Western Democracies*. London: Sage, 1994.
- KECK, M. *PT - a lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- KLINGEMANN, H-D, FUCHS, D. (Ed.). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LUCHMANN, L. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Doutorado em Ciências Sociais - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- MENDONZA, E. C. *La nueva gestion municipal en Mexico*. Analises de experiencias innovadoras en gobiernos locales. Mexico, DF: Miguel Angel Porrúa, 1995.
- MENEGUELLO, R. *PT – A formação de um partido (1979-1982)*. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

- _____. Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections. *International Social Science Journal*, Oxford, UNESCO, n. 146, pp. 627-657, dez. 1995.
- _____. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- PRZEWORSKI, A. Democracia y representación. *Revista Metapolítica*. México: Centro de Estudios de Política Comparada, v.3, n. 10, p. 227-258, abr.-jun. 1999.
- SÁIZ, J-M. R. (Coord.). *¿Cómo gobiernan Guadalajara?* Demandas ciudadanas y respuestas de los ayuntamientos. Mexico, DF: Miguel Angel Porrúa, 1998.
- ZICCARDI, A. (Coord.). *Ciudades y gobiernos locales en la America Latina de los noventa*. Mexico DF: Flacso/Instituto Mora, 1991.

Resumo

Este artigo aborda algumas das principais transformações da esquerda no Brasil na década de 1990 e, nesse âmbito, analisa o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores. Os principais aspectos focalizados são as bases da proposta política petista, os fundamentos da esquerda social e a definição da estratégia de ampliação de bases, traduzida na política de alianças; e questões específicas de democracia interna partidária. Também, apresenta brevemente alguns aspectos da proposta petista de construção de uma nova institucionalidade democrática, ponto essencial do governo instalado em 2002, para o qual é central a constituição de espaços públicos de participação e deliberação e a implantação de mecanismos institucionais permeáveis à inserção de amplos segmentos da sociedade civil e suas demandas.

2002: uma eleição fenomenal

RUBENS FIGUEIREDO

Nas corridas de Fórmula 1, quando um determinado piloto passa a manter-se reiteradamente na “pole position” e a vencer todas as corridas, automaticamente, os aficionados pelo esporte deixam de acompanhar as disputas com a devida atenção. Se alguém está sempre em primeiro, qual a graça em assistir às provas? Uma eleição pode bem ser comparada a uma corrida de Fórmula 1. Se essa comparação é razoável, cabe perguntar: por que uma eleição que teve, do começo ao fim, um único líder nas pesquisas de opinião foi uma das mais – se não a mais – interessante da nossa história? Por que gerou tanto interesse, nacional e internacional? Essas são boas perguntas para se começar a refletir sobre o que aconteceu na sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002.

Sob muitos aspectos, foi uma eleição fenomenal. Primeiro, pelas dimensões do eleitorado brasileiro: mais de 115 milhões de eleitores, a terceira maior democracia do planeta, atrás apenas da Índia e dos Estados Unidos. Segundo, pela volatilidade que proporcionou mudanças rapidíssimas na intenção de votos de milhões de eleitores. Se Lula, do PT, começou em primeiro e terminou em primeiro, a campanha foi marcada por uma série espetacular de ascensão e queda de candidatos, que se revezaram no segundo lugar, e de em-

pates técnicos nas simulações de segundo turno. Além do surgimento de um “fenômeno” que, já no final de 2001, aparecia como uma das grandes surpresas do quadro político nacional: a candidatura pefelista de Roseana Sarney.

A própria duração do processo sucessório – mais de um ano – também pode ser considerado algo inusitado. Posteriormente, a coleta de votos foi uma gigantesca operação do ponto de vista logístico, que chamou a atenção de numerosos observadores internacionais. Apesar das grandes dimensões do nosso território e eleitorado, das disparidades regionais, do grande número de cargos em disputa e da baixa escolaridade dos eleitores, fomos capazes de realizar uma eleição muito complexa de forma totalmente informatizada, sem que houvesse maiores problemas. Talvez a imagem mais emblemática do contraste desse processo tenha sido uma foto, publicada na imprensa, na qual funcionários públicos levavam de canoa uma urna para uma seção eleitoral no meio da Amazônia. A eleição fez a informática invadir a selva.

Há um outro aspecto que, se não é fenomenal, pelo menos é grandioso: o processo eleitoral e os resultados das urnas exibiram para o mundo um país que optou de forma vigorosa pela democracia. Apesar das conhecidas deficiências do nosso sistema eleitoral e do nosso subdesenvolvimento partidário cantado em prosa e verso, é inegável que as eleições ocorreram de forma exemplar. O nível do debate entre os candidatos foi bastante civilizado; o trabalho da imprensa, de uma maneira geral, primou pela isenção e tratamento equânime às principais candidaturas; e a postura do presidente, que se posicionou desde o início como um magistrado na disputa, foi igualmente digna de nota. Os resultados das urnas, que alçaram à Presidência o líder que foi, durante oito anos, o mais ferrenho opositor do governo Fernando Henrique Cardoso, mostraram que o princípio da possibilidade de alternância no poder, em nosso país, está longe de ser algo simplesmente normativo.

Vale, aqui, uma referência ao candidato vitorioso. Fosse outro o favorito nas pesquisas – Serra, Ciro ou Garotinho -, é muito provável que o interesse pelas eleições não tivesse sido o mesmo. Lula, migrante nordestino, de origem pobre, ex-operário, líder sindical carismático perseguido pela ditadura, criador de um partido de cunho socialista e candidato que chegou a propor “ruptura” do nosso modelo econômico é, com toda certeza, um político de alto interesse para a mídia, nacional e internacional. A festa que sucedeu sua eleição e a cerimônia, também festiva, de sua posse indicam que a ligação entre Lula e o eleitorado vai além do simples ato de votar e ser votado.

Este artigo, que busca apreender alguns aspectos desses fenômenos, é baseado na palestra realizada em Seminário no Instituto de Estudos Latino-americanos em Berlim, sob os auspícios da *Fundação Konrad Adenauer*, logo depois das eleições de outubro. Ele traz, portanto, uma série de informações básicas sobre o Brasil, providência indispensável quando alguém se dirige a uma platéia que não tem muita familiaridade com o nosso país. Também apresenta uma série de dados que podem ser úteis àqueles que querem entender o pano de fundo geral das eleições de 2002 e os principais motivos que levaram o pleito ter uma exposição dos candidatos e um nível de interesse – nacional e internacional – fantasticamente grande.

1. Eleitorado e mídia no Brasil

O eleitorado brasileiro é imenso e desigual. São eleitores que, infelizmente, tem baixíssimo nível de educação e renda. Além disso, há uma grande concentração geográfica: 45% dos eleitores estão na região Sudeste, a área mais desenvolvida do país. Na tabela 1, é possível verificar o perfil de uma amostra de pesquisa nacional realizada pelo *Ibope*. Apenas para se ter uma idéia comparativa, uma amostra do Estado de Illinois (EUA) que, de acordo com numero-

Tabela 1. *Amostra de pesquisa nacional – Ibope.*

Perfil da Amostra	
<i>Nível Educacional</i>	
Até 4ª série do fundamental	33%
5ª a 8ª série do fundamental	25%
Ensino médio	32%
Superior e mais	10%
<i>Renda</i>	
Até um salário mínimo	15%
Mais de um a dois salários mínimos	23%
Mais de dois a cinco salários mínimos	32%
Mais de cinco a dez salários mínimos	15%
Mais de dez salários mínimos	9%
Não declarada	5%
<i>Distribuição Geográfica</i>	
Norte/Centro-Oeste	13%
Nordeste	27%
Sudeste	45%
Sul	15%
<i>Porte do Município</i>	
Até 20.000 habitantes	30%
Mais de 20.000 a 100.000 habitantes	20%
Mais de 100.000 habitantes	50%

Fonte: Ibope

Comparação com Illinois (EUA)

Tabela 2. *Perfil da amostra do Illinois Policy Survey.*

Perfil da Amostra	
<i>Nível Educacional</i>	
Ensino médio ou menos	40%
Mais que o ensino médio	32%
BA ou mais	27%
Sem declaração	1%
<i>Renda</i>	
Até US\$ 21.000	23%
De US\$ 21.000 a US\$ 42.000	35%
Mais de US\$ 42.000	32%
Sem declaração	10%

Fonte: International Journal of Public Opinion Research, volume 7, número 2, 1995.

sos estudos internacionais, apresenta as mesmas características do eleitorado americano como um todo, tem 27% de eleitores com o ensino superior, contra 10% do Brasil.¹ Como se sabe, as características do eleitorado orientam e circunscrevem as estratégias de *marketing* e a comunicação política.

Outro aspecto a se levar em conta é a grande concentração de poder da mídia na TV. Sua força ultrapassa a dos partidos. Collor foi eleito pela mídia, em 1989.² O candidato a deputado federal

1. Ver sobre o tema: (DRAN, E.M., HILDRETH, A., 1995)

2. Ver sobre o tema: CONTI, M. S. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

mais votado no Brasil é um produto da mídia.³ Na verdade, produto de um bordão e de uma maneira singular de apresentá-lo. Apenas uma rede de televisão – a Rede Globo – atinge mais de 50% da audiência nacional em certos horários. Isso significa que mais de 50 milhões de eleitores podem estar assistindo a mesma coisa, no mesmo horário, no país inteiro. No plano da formação da opinião pública, trata-se de um poder avassalador, sem precedentes no mundo.

Tabela 3. *Audiência nacional das TVs.*

Emissora	Audiência
Globo	44%
SBT	25%
Record	13%
Bandeirantes	5%
Rede TV!	2%
Outras	11%

Fonte: Mídia Dados 2001 (www.gm.org.br).

*Domicílios com TV: 87,7%. Cobertura no território nacional: 99,86%.

Mas o comportamento da televisão brasileira em 2002 foi muito diferente daquele de 1989. Em 2002, o Brasil assistiu à maior exposição de candidatos a presidente da República da sua história. Uma série interminável de entrevistas, além de vários de-

3. Trata-se de Enéas Carneiro, do PRONA-SP, que obteve 1.558 milhão de votos, apesar do restrito tempo que o seu partido tinha nos programas de TV. Vale lembrar, entretanto, que Enéas havia sido candidato à Presidência da República em eleições anteriores.

bates foram a marca registrada da campanha. O espaço dado aos principais candidatos foi, em geral, equivalente. A Rede Globo inovou e realizou entrevistas individuais no Jornal Nacional, que conta com uma das maiores audiências da televisão mundial. Os jornalistas acuraram todos os candidatos nas entrevistas do Jornal Nacional da rede Globo, distribuindo democraticamente perguntas embaraçosas para todos eles.

Já a imprensa brasileira tem um papel direto muito menor no plano da formação da opinião pública (Tabela 4). A tiragem dos principais jornais e revistas é ínfima, se comparada com o que se observa em termos de audiência nas principais redes de TV. Os maiores jornais brasileiros têm uma tiragem ao redor de 400 mil exemplares; a maior revista semanal, pouco mais do que 1.100 exemplares.

Contudo, a imprensa tem uma influência indireta grande, pois oferece elementos ao público mais escolarizado, que é considerado multiplicador de opinião.⁴ Além disso, muitas vezes, o material jornalístico divulgado nos meios de comunicação impressos “pauta” o rádio e a TV: foi o que ocorreu, por exemplo, no caso do *impeachment* do ex-presidente Collor, durante esse episódio as reportagens das revistas semanais, principalmente, passaram a alimentar o noticiário da TV. Outro aspecto é que a imprensa, pelas suas características, tem capacidade de propor discussões mais aprofundadas sobre as questões – e se constitui em um canal importantíssimo para debater as plataformas de governo dos candidatos. Finalmente, a mídia impressa aprofunda mais as interpretações sobre os dados das pesquisas, balizadores importantes para as campanhas eleitorais e que acabam influenciando o noticiário da própria mídia. É compreensível que o primeiro colocado nas sondagens tenha uma cobertura mais intensa do que aqueles que não apresentam índices de intenção de voto tão altos.

4. Ver sobre o tema: (WEIMANN, G. 1994.)

Tabela 4. *Tiragem dos principais jornais e revistas brasileiros.*

Revistas	Cidade	Circulação
Veja	São Paulo	1,170,000
Época	São Paulo/Rio de Janeiro	571,000
Isto É	São Paulo	396,000
Jornais	Cidade	Circulação
Folha de S. Paulo	São Paulo	441,000
O Estado de S. Paulo	São Paulo	399,000
O Globo	Rio de Janeiro	322,000
Extra	Rio de Janeiro	308,000
Correio do Povo	Porto Alegre	217,000
Zero Hora	Porto Alegre	183,000
Estado de Minas	Belo Horizonte	82,000
Correio Braziliense	Brasília	63,000

Fonte: Mídia Dados 2001/ IVC – Instituto Verificador de Circulação (www.gm.org.br).

* Circulação nacional de jornais: 7,163 milhões (2001).

O período eleitoral pode ser dividido em três etapas. A primeira se refere ao período que vai de outubro de 2001 (quando o PFL lança Roseana Sarney como candidata a presidente da República) até 19 de agosto de 2002, quando começa o programa eleitoral gratuito. O segundo período vai de 20 de agosto até 7 de outubro, quando acontece o primeiro turno. O terceiro período vai de 8 de agosto até 27 de outubro, data da eleição no segundo turno.

2. O contexto da eleição e o estado da opinião pública

A situação da opinião pública no ano de 2002 foi substancialmente diferente daquilo que se observou nas eleições pós-redemocratização de 1989, 1994 e 1998. Em 1989, a tônica da eleição foi a mudança. Havia um enorme descontentamento com o governo, várias denúncias de corrupção, e a inflação ameaçava atingir a casa dos três dígitos mensais.⁵ A avaliação positiva do presidente José Sarney nas pesquisas era de apenas 9%. O eleitorado buscava uma ruptura completa – e, se possível, rápida – com tudo aquilo que pudesse ter conexão com o *status quo*. O candidato que melhor entendeu essa demanda – e incorporou com maior brilho e talento esse discurso – foi Fernando Collor de Mello, que prometeu, na ocasião, debelar a inflação com um único tiro. Collor venceu Lula, também associado à oposição, numa eleição acirradíssima.

Em 1994, a tônica das eleições presidenciais inverteu-se: ao invés de mudança, a sociedade queria a continuidade de uma política econômica que logrou estabilizar a moeda e incorporar, de uma hora para a outra, milhões de brasileiros ao mercado de consumo. As taxas de avaliação positiva do presidente Itamar Franco (em 1994) eram altas e a aprovação ao Plano Real dava ao candidato do presidente uma força eleitoral extraordinária. Neste contexto, apostar na mudança não tinha o mesmo apelo de 1989. Fernando Henrique Cardoso é, então, eleito no primeiro turno, com 54,4% dos votos válidos.

Em 1998, a situação era similar, mas com uma diferença importante. Embora a inflação continuasse controlada, o Brasil estava enfrentando uma grave crise financeira internacional: a da Rússia. Naquele contexto, a sociedade brasileira parece não ter achado muito prudente mudar o comandante em meio à turbulência. A apro-

5 Ver sobre o tema: (FIGUEIREDO, N.; FIGUEIREDO, R. 1990).

vação do governo Fernando Henrique Cardoso continuava alta e, novamente, ele venceu a disputa logo no primeiro turno. O *slogan* da campanha presidencial dava ênfase à questão do desemprego, já então considerada a maior preocupação do brasileiro: “quem venceu a inflação vai acabar com o desemprego”, foi a linha adotada pelo *marketing* do PSDB.

Em 2002 a situação era outra e, sob muitos pontos de vista, pode ser considerada intermediária entre 1989, em que se queria mudar tudo, e 1994/98, quando o interessante era apostar na continuidade. O Fernando Henrique Cardoso de 2002 não tinha as mesmas taxas de aprovação do Fernando Henrique Cardoso de 1998 ou de Itamar Franco de 1994, mas estava longe de ostentar os níveis sofríveis de José Sarney em 1989. Com 23% de avaliações “ótimas” e “boas”, tinha capital político para levar seu candidato ao segundo turno, mas dificilmente poderia vencer as eleições (Tabela 5).

Tabela 5. *Avaliação presidencial (1989, 1994, 1998 e 2002).*

Presidente	Avaliação		
	Ótimo/bom	Regular	Ruim/péssimo
Sarney (mar/90)	9%	34%	56%
Itamar Franco (dez/94)	41%	48%	8%
FHC (set/98)	43%	37%	17%
FHC (out/02)	23%	42%	32%

Fonte: *Instituto Datafolha.*

Outro aspecto interessante é que essa avaliação apenas regular do governo contrastava com o excepcional prestígio pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso e um conjunto de resultados

positivos reconhecidos do governo em várias áreas.⁶ Pesquisa realizada pelo Ibope em setembro de 2002 avaliou a imagem de Henrique Cardoso em comparação com os quatro principais candidatos à Presidência da República. Como se percebe, FHC conseguiu preservar seu prestígio, mesmo após oito anos ininterruptos de governo com uma extensa exposição na mídia. Os resultados estão na Tabela 6.

3. Período pré-eleitoral: a força da televisão

O período que vai de novembro de 2001 até 20 de agosto de 2002 mostrou, de forma inequívoca, o gigantesco poder da televisão no Brasil. Essa incrível demonstração de força da TV só foi possível graças à esdrúxula legislação eleitoral, que prevê a realização de comerciais de 30 e 60 segundos durante a programação normal e de um programa institucional do partido em horário nobre. Na verdade, o que deveria ser um programa partidário se transforma em campanha pessoal dos pré-candidatos, acarretando significativas alterações nas pesquisas de intenção de voto.

A grande exposição dos candidatos em curtos períodos de tempo ocorre num contexto (doze, dez, oito meses antes da eleição) no qual o nível de envolvimento dos eleitores é muito pequeno. Na verdade, as pesquisas eleitorais, em situações como essa, mostram mais o *recall* em relação aos nomes dos candidatos do que, mais propriamente, intenção de voto. A ascensão de Roseana Sarney, o primeiro dos “fenômenos” eleitorais da sucessão de FHC em 2002, deveu-se a uma exposição espetacular num curtíssimo período. Essa exposição a um eleitorado que, se tinha algum grau de atenção ao que estava acontecendo, certamente não estava envolvido com o processo eleitoral, gerou uma fantástica “bolha” de crescimento da

6 Sobre os temas ver: (MENDES, VENTURI, 1994). FIGUEIREDO, (R.,1994).

Tabela 6. *Avaliação de FHC e dos candidatos.*

Pergunta: “Pensando em (nome do candidato), queria que o(a) sr(a) me dissesse, para cada atributo, se ele tem ou não tem cada um deles?”

Atributo/ Político	Habilidade Política			Inteligência			Preparo			Respeito Intencional		
	Tem	Não tem	NS/NO	Tem	Não tem	NS/NO	Tem	Não tem	NS/NO	Tem	Não tem	NS/NO
FHC	71%	20%	9%	81%	13%	6%	68%	24%	8%	70%	19%	11%
Lula	57%	32%	11%	66%	25%	9%	50%	38%	12%	43%	39%	18%
José Serra	64%	22%	13%	77%	14%	9%	61%	27%	12%	58%	23%	19%
Garotinho	50%	34%	16%	64%	24%	12%	44%	41%	15%	35%	42%	23%
Ciro Gomes	57%	29%	14%	68%	20%	12%	53%	33%	14%	42%	35%	22%

Fonte: Pesquisa Ibope-CNI, setembro de 2002.

candidata pefelista. A certa altura, a então governadora do Maranhão chegou a ficar tecnicamente empatada com Lula.

Além disso, Roseana Sarney era uma excelente candidata do ponto de vista de *marketing*. Era relativamente nova na política, dona de uma bela estampa televisiva, levava um sobrenome conhecido (não representaria uma aventura), transmitia tranqüilidade e ponderação quando falava (embora mais “aparecesse” do que falasse), era de um grande partido – o PFL – e foi responsável por pelo menos alguns avanços frente ao governo do Estado do Maranhão. Tinha, ainda, uma alta taxa de aprovação de seu governo nas pesquisas, muito em função, é verdade, do completo domínio das empresas da família na área de comunicação no Estado.

E, grande novidade, Roseana era candidata mulher. Pesquisa realizada pelo Ibope, em dezembro de 2001, mostrou a excelente imagem que as mulheres apresentaram frente aos homens, quando testadas algumas características básicas dos políticos (ver Tabela 7). Elas foram consideradas mais sensíveis aos problemas sociais, mais organizadas, mais honestas, mais determinadas, mais realizadoras e mais competentes do que os homens. Só perderam no quesito negociação. Além disso, pesquisas do final de 2001 mostravam que nada menos do que 61% dos votos de Roseana vinham de mulheres.

Como se sabe, a candidatura Roseana foi fulminada com a descoberta de uma grande quantidade de dinheiro vivo no escritório da empresa Lunus, da qual era sócia. Uma investigação da Polícia Federal encontrou R\$ 1,5 milhão em cédulas de R\$ 50,00. A cena foi veiculada nos principais programas jornalísticos da televisão brasileira, o que inviabilizou sua candidatura. Roseana Sarney acabou desistindo de concorrer, o PFL não lançou nenhum outro candidato nem fez coligação em nível nacional, e liberou seus filiados para apoiarem quem quisessem. No gráfico abaixo, é possível acompanhar a ascensão e a queda da candidatura Roseana.

Tabela 7. *Mulheres x homens.*

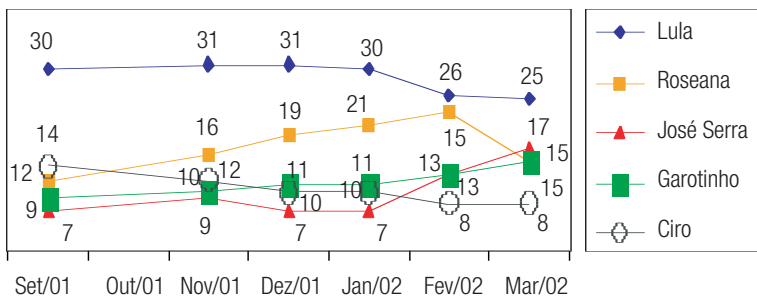
Pergunta: “Pensando nas diferenças entre as formas dos homens e das mulheres agirem na política e pelo que o(a) sr(a) sabe ou ouve falar, na sua opinião, qual deles costuma ser:”

Característica	Mulheres	Homens	ambos/nenhum	NS/NO
Mais sensível aos problemas sociais	72%	15%	8%	5%
Mais organizado	59%	24%	12%	6%
Mais honesto	59%	12%	20%	8%
Mais determinado	48%	37%	10%	5%
Mais realizador	47%	34%	12%	7%
Mais competente	44%	30%	20%	6%
Negocia melhor	36%	47%	11%	6%

Fonte: CNI-Ibope, dezembro de 2001

Gráfico 1. *Pesquisa Datafolha.*

Intenção de voto estimulada e única (em %).

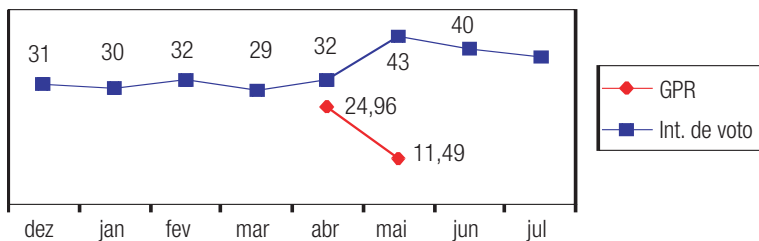


Obs.: Apenas os candidatos mais citados.

Na seqüência de gráficos a seguir, é possível avaliar com precisão um fenômeno que dominou a cena do período que antecedeu a propaganda eleitoral gratuita oficial, que começou no dia 20 de agosto. Trata-se da relação entre a exposição dos candidatos em comerciais e programa de TVs definidos por lei e o reflexo dessa exposição nas pesquisas de intenção de voto. O resultado é impressionante. Em todos os casos, a concentração maciça de exposição dos candidatos gerou, automaticamente, aumentos nos índices de intenção de votos nas pesquisas. O conceito utilizado é o do *Gross Rating Points* (GRP), um indicador que considera não apenas o tempo de exposição, mas também quantos eleitores a exposição atinge, em função dos horários em que as propagandas são veiculadas e a audiência que elas obtêm. Pouco tempo em horário nobre pode gerar mais GRP do que muito tempo em horários em que a audiência é baixa.

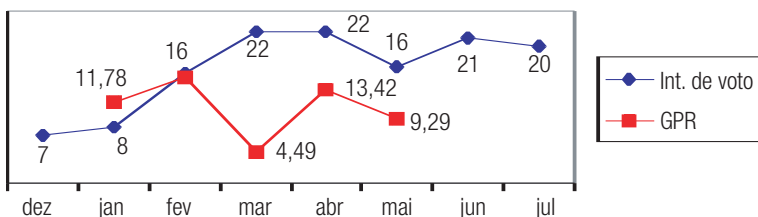
Os gráficos abaixo são auto-explicativos. Lula sobe de 32% para 43% de intenção de votos após exposição concentrada nos meses de abril e maio. Serra teve uma exposição mais dispersa no tempo, mas subiu de 8% para 22% entre fevereiro e março. Com sua grande exposição em janeiro, Garotinho subiu de 12 para 18%. Ciro, com sua propaganda concentrada num único mês e com o mais alto GRP (45,1), subiu de 11 para 18% às vésperas do programa eleitoral gratuito, tornando-se então o favorito para ir ao segundo turno com Lula.

Gráfico 2. *Lula.*



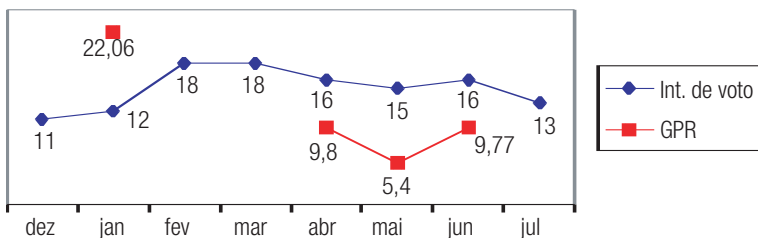
Gross Rating Points X Intenção de voto (Lula)

Gráfico 3. Serra.



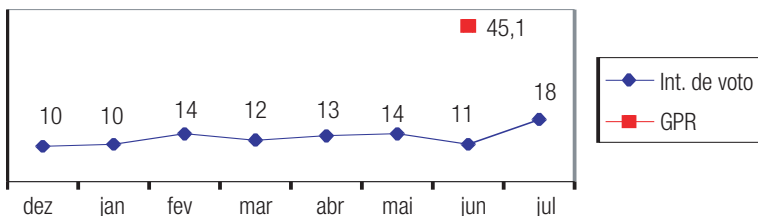
Gross Rating Points X Intenção de voto (Serra)

Gráfico 4. Garotinho.



Gross Rating Points X Intenção de voto (Garotinho)

Gráfico 5. Ciro.



Gross Rating Points X Intenção de voto (Ciro)

É de se perguntar se uma legislação como essa, que cria um quadro político totalmente artificial em função de verdadeiras “cru-

zadas publicitárias” protagonizadas pelos candidatos, é adequada para o Brasil. Qual a lógica que governa esse descabro?

Em tempos de crise, o sobe e desce das candidaturas, fruto da superexposição dos candidatos na televisão, é “prato cheio” para a especulação. Não seria mais adequado que o espaço publicitário dos partidos fosse diluído ao longo do tempo, para que o eleitor tivesse condições de refletir sobre as candidaturas e, em alguma medida, comparar uma proposta com a outra? Dessa maneira, o processo de formação de opinião seria mais razoável e menos sujeito a alterações bruscas condicionadas unicamente por fatores de comunicação, num total descolamento entre o que acontece na tela e o que acontece na vida política, social e econômica do país.

4. A propaganda eleitoral gratuita: acertos e erros estratégicos

A propaganda eleitoral gratuita se desenvolveu em dois períodos: de 20 de agosto a 3 de outubro, antes do 1º turno, em dois blocos diários de 50 minutos, num total de 65 horas, e de 14 a 25 de outubro, antes do 2º turno, divididos em dois blocos diários de 10 minutos para cada candidato.

O tempo reservado a cada candidato nos blocos diários de propaganda foi determinado pela representação de seu partido na Câmara dos Deputados. As coligações realizadas pelos quatro principais candidatos garantiram a José Serra (PSDB-PMDB), mais de dez minutos em cada bloco, conforme se observa no quadro a seguir.

A preocupação com a divisão do tempo entre os candidatos ganhou mais importância nestas eleições em razão do aumento do interesse pelo horário eleitoral. Em 1998, 57% dos brasileiros diziam que pretendiam assisti-lo e 33% diziam que este era muito importante para decidir o voto para presidente. Em 2002, esses percentuais subiram para 68% e 44%, respectivamente, de acordo com pesquisas realizadas pelo *Datafolha*.

Tabela 8.

Candidato	Coligação	Deputados	Tempo	Comerciais*
José Serra	PSDB-PMDB	182	10,23 min	225
Lula	PT-PL-PC do B-PMN	80	5,19 min	115
Ciro Gomes	PPS-PTB- PDT	59	4,17 min	93
Garotinho	PSB-PST-PDC	19	2,13 min	49

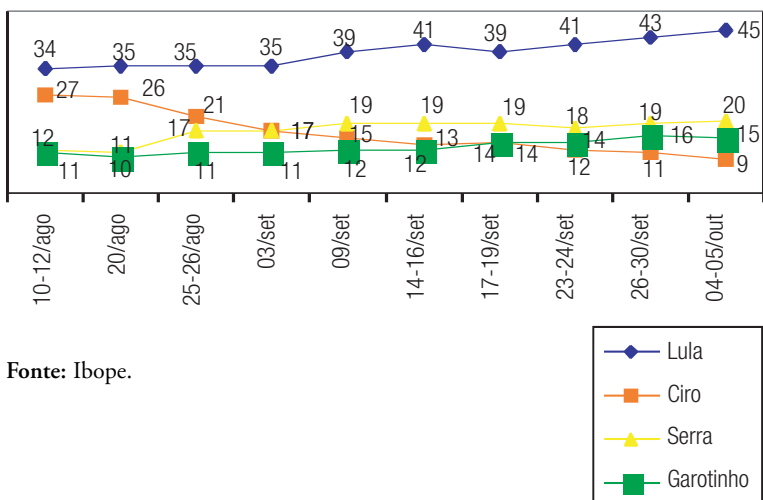
Fonte: TSE e Folha de S. Paulo (18/08/2002).

* Inserções de 30 segundos em horários diversos da programação regular das emisoras de rádio e televisão.

As sondagens realizadas antes e depois do início do horário eleitoral comprovaram não apenas esse interesse, como também a influência das propagandas sobre o voto dos eleitores. Antes do seu início, Lula liderava com 34% das intenções de voto, Ciro vinha a seguir com 27% e Serra, com 12%, estava tecnicamente empatado com Garotinho (11%). No decorrer da propaganda, o petista ampliou sua liderança (subiu 11 pontos), o candidato tucano assumiu o segundo lugar (cresceu 8 pontos) e o ex-governador do Ceará chegou às vésperas do primeiro turno em 4º lugar (caindo 18 pontos). Ou seja, parcelas substantivas dos eleitores mudaram sua intenção de voto basicamente em função do que viam na TV.

Essas oscilações nas pesquisas podem ser explicadas em parte pela avaliação que os eleitores estavam fazendo da propaganda exibida na TV. A expressão “em parte” se justifica porque, geralmente, os eleitores de determinados candidatos tendem a achar sua propaganda melhor. Movimentações começam a acontecer quando os eleitores de “outros” candidatos passam a achar a propaganda de seus adversários melhor. A medição da opinião dos brasileiros sobre o horário eleitoral foi realizada pelo *Datafolha* entre aqueles que possuem linha telefônica fixa (54% do eleitorado).

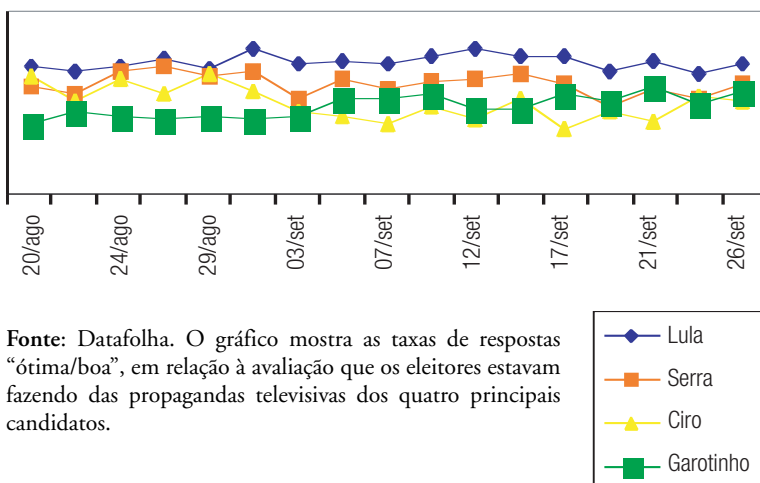
Gráfico 6. Pesquisas antes e depois do horário gratuito (em %).



Fonte: Ibope.

Nota-se que a propaganda de Ciro Gomes estava muito bem avaliada nos primeiros dias, tendo ocorrido uma mudança no início de setembro. A piora na avaliação de seus programas televisivos coincidiu com sua queda nas pesquisas de intenção de voto. É preciso levar em conta, também, que Ciro Gomes foi alvo de ataques de José Serra logo no início do horário eleitoral gratuito. Lula, por outro lado, sempre teve sua propaganda muito bem avaliada pelos eleitores. O eleitorado queria mudança, o petista era o candidato mais associado a ela e seu programa era o de melhor qualidade técnica. Além disso, beneficiou-se de uma espécie de “sinuca de bico estratégica” dos seus adversários. Normalmente, quem está em primeiro lugar nas pesquisas de opinião é o alvo preferencial de todos os concorrentes. No caso de Lula, isso não aconteceu. O candidato do PT foi preservado durante todo o primeiro turno por seus adversários, que se digladiavam para ver quem iria ao segundo turno com o petista. Em um dos debates, inclusive, Lula portou-se como um verdadeiro “estadista”: total-

Gráfico 7. A valiação positiva dos programas (em %).



Fonte: Datafolha. O gráfico mostra as taxas de respostas “ótima/boa”, em relação à avaliação que os eleitores estavam fazendo das propagandas televisivas dos quatro principais candidatos.

mente à vontade, deu conselhos a Garotinho, acalmou Ciro Gomes e chamou a atenção do mediador do debate, que não estaria dando chances iguais para todos.

No segundo turno, com a eleição polarizada entre Lula e Serra, a influência da propaganda gratuita foi menor. E houve uma verdadeira inversão de papéis. O candidato do PT, que em todas as campanhas, criticou de forma veemente seus adversários e, quase sempre, tentava atingi-los, adotou uma estratégia mais comedida. Do outro lado, Serra, “o candidato do governo que não era candidato do governo”, tinha que fazer uma campanha de perseguição a Lula, atacando-o e criando fatos novos – o que fugia inteiramente à sua personalidade. Embora o candidato tucano tenha conseguido mais alguns pontos percentuais nas pesquisas, o resultado final não mostrou grandes novidades.

Lula, com uma imagem já consolidada de candidato opositor, adotou um discurso mais moderado (“Lulinha paz e amor”) e conseguiu conquistar parte de um eleitorado que sempre o rejeitou

em razão de sua imagem de líder sindical radical, de sua falta de preparo acadêmico e de experiência administrativa. Esse *marketing* funcionou bem, tanto que o candidato pôde se manter o tempo todo administrando sua liderança. A briga ficou para os outros candidatos.

Serra foi ao segundo turno, mas antes teve que conquistar os eleitores de Ciro Gomes. A estratégia adotada pelo tucano no começo dos programas na televisão foi apresentar as contradições nas falas do ex-governador do Ceará em debates e entrevistas, além de mostrá-lo como um político destemperado e sem habilidade política para negociar. A estratégia funcionou. Já no final do primeiro turno, Serra assestou suas baterias contra Lula. Os ataques feitos ao petista – muito mais virulentos do que os realizados contra Ciro – não funcionaram. Alguns, inclusive, foram muito antipáticos, como a crítica à falta de diploma universitário de Lula. Ao invés de cair nas pesquisas, Lula, que tem uma imagem sólida, quase “liquidou a fatura” no primeiro turno.

Ciro Gomes contava com expressiva vantagem sobre José Serra nas pesquisas quando começou a propaganda eleitoral gratuita. O candidato estava em segundo lugar e se aproximava de Lula. Atacado pelo adversário tucano, o ex-governador do Ceará reagiu de modo agressivo. Além disso, apresentava suas propostas por meio de um discurso excessivamente técnico e empolado, o que dificultava a compreensão de parte expressiva do eleitorado. Assim, perdeu apoios políticos importantes, pontos nas pesquisas e terminou em quarto lugar quando as urnas foram abertas.

O candidato do PSB, Anthony Garotinho, só ganhou alguma importância nos últimos dias da campanha antes do primeiro turno, quando cresceu nas pesquisas e chegou a ameaçar o segundo lugar que Serra ocupava. O pouco tempo de televisão e a perda de apoio entre correligionários do próprio partido enfraqueceram sua campanha e fizeram dele um franco atirador que pouco pôde influenciar a disputa na maior parte da campanha. Nos debates, particularmente, Garotinho, por não ter o que perder, foi a “sensação”,

provocou seus adversários e exigiu, muitas vezes ironicamente, explicações sobre a conduta de cada um deles.

Após a votação do dia 6 de outubro, o tucano intensificou os ataques. Tentou mostrar que o petista não queria debater propostas (Lula só concordou em ir a um debate após o 1º turno); que ele, Serra, tinha mais experiência administrativa e preparo intelectual que o rival; e que a população tinha “medo” de que o PT vencesse as eleições e de que o país virasse um caos. Esses sentimentos foram bem expressos em um depoimento da atriz televisiva Regina Duarte no programa do PSDB, fato que gerou muita polêmica e uma resposta no programa petista do dia seguinte, interpretada por outra atriz global, Paloma Duarte. Esses ataques também não surtiram o efeito desejado.

Além disso, contribuiu para a derrota do candidato tucano o fato de que sua propaganda tenha insistido em apresentá-lo como “candidato da mudança” e não como candidato da continuidade.⁷ A idéia não “colou”, uma vez que Serra havia deixado o Ministério da Saúde no início de 2002 com reconhecimento popular da boa gestão que realizara e era, de fato, reconhecido como o candidato do governo. Um dos resultados desse erro estratégico aparecia nas pesquisas *Ibope* e *Datafolha* poucos dias antes da votação: cerca de um quarto dos eleitores que aprovavam o governo FHC pretendiam votar em Lula. Contudo, mesmo que se posicionasse efetivamente como candidato do governo e passasse o tempo todo fazendo propaganda da obra de FHC, dificilmente Serra venceria. É provável que, agindo dessa maneira, o PSDB tivesse alcançado um melhor resultado e elegeesse uma bancada mais numerosa; a própria avaliação de FHC poderia ter melhorado. Mas havia um desejo de mudança que conduzia os votos para Lula.

7. Essa estratégia pareceu ignorar que, apesar do desgaste do governo tucano após quase oito anos na Presidência, 44% dos brasileiros afirmaram, em pesquisa CNI-Ibope de junho de 2002, que votariam com certeza ou poderiam votar em um candidato que representasse a continuidade do governo FHC.

5. Conclusão

Eleições não ocorrem no vácuo. Acontecem em contextos específicos que podem, inclusive, se alterar durante o período da campanha. Em 2002, a hora era de Lula. Após oito anos de governo FHC, havia um desejo de mudança, embora não de revolução. O *marketing* e a comunicação política profissional de Duda Mendonça e sua equipe mostraram Lula e o PT como preparados para assumir a Presidência. Idéias de ruptura com a ordem existente foram deixadas de lado. No segundo turno, digladiaram-se a mudança comedida (Lula) e a continuidade que tentou a ousadia possível (Serra).

A exposição dos candidatos na mídia foi massacrante. Uma sucessão interminável de entrevistas e debates quase saturou a opinião pública, mas o interesse pelas eleições não diminuiu. Os eleitores mudavam, aos milhões, sua intenção de voto. Na primeira eleição totalmente informatizada da nossa história, o mundo assistiu a uma verdadeira lição de democracia e competência. Democracia, pois as regras foram cumpridas e a alternância do poder deixou de ser uma possibilidade normativa para se tornar real. A competência pode ser atribuída à imprensa, aos profissionais envolvidos na campanha, aos candidatos e à Justiça Eleitoral. Respeitaram-se os eleitores, que estiveram sujeitos a suportar um nível mínimo de baixarias. E a vontade do povo, que elegeu o candidato mais *anti-establishment* possível. Não é pouco para uma democracia jovem como a nossa.

Referências Bibliográficas

- DRAN, E. M., HILDRETH, A. What the public thinks about how we know it is thinking. *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 7, n. 2, Summer, 1995
- CONTI, M. S. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

- WEIMANN, G. *Influentials: People who influence people*. New York: State University of New York, 1994.
- FIGUEIREDO, N., FIGUEIREDO, R. *Como ganhar uma eleição*. São Paulo: Ed. Cultura, 1990.
- MENDES, A. M. T., VENTURI, G. Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. In: *Revista de Opinião Pública*; vol. II, n. 2, dez. 1994.
- FIGUEIREDO, R. Opinião pública, intencionalidade e voto. In *Revista de Opinião Pública*; vol II, n. 2, dez. 1994.
- LAMOUNIER, B., FIGUEIREDO, R. *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores, 2002.

Resumo

Analisa as estratégias de campanha dos candidatos que possuíam maiores possibilidades de vitória nas eleições de 2002 à presidência do Brasil, apontando os motivos que tornaram esta eleição diferente das anteriores. A partir de dados da mídia observa seu desenrolar desde o começo até seu encerramento com a vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva, investigando, desta maneira, o contexto da eleição e o estado da opinião pública. Destaca ainda o papel da mídia no período pré-eleitoral e também os acertos e erros da propaganda eleitoral dos candidatos favoritos.

Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus

LEONILDO SILVEIRA CAMPOS

Introdução

O protestantismo foi implantado no Brasil na segunda metade do século XIX por missionários norte-americanos pouco preocupados com os aspectos políticos dessa inserção num espaço dominado pelo catolicismo desde o século XVI. A ênfase inicial foi dada à pregação da mensagem religiosa, disseminando-se assim por todo o Brasil comunidades protestantes e uma pequena, mas ágil, rede de escolas controladas pelas Igrejas.

Essa postura inicial dos protestantes foi marcada por uma atitude ambígua e esquizofrênica em relação ao mundo da política e da cultura. Assim, ora aceitavam a cultura e se dispunham a reformá-la, ora recusavam qualquer participação ativa na esfera política, julgando que tal ato equivaleria a “sujar das mãos” ou a “jogar pérolas aos porcos”, algo “indigno para um cristão verdadeiro”. Os evangélicos reproduziam dessa forma antigas posturas piedosas que vinham desde Tertuliano, um dos pais da Igreja.

Este texto procura mostrar, na primeira parte como se deram historicamente as mudanças na participação política dos evangélicos brasileiros, para depois analisar suas ações e discursos políticos, especialmente dos neopentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), nas eleições de 2002.

1. Comportamento e mentalidade dos evangélicos antes das últimas eleições.

O comportamento e mentalidade dos evangélicos brasileiros sofreram alterações profundas nos últimos 150 anos. Porém, a decisão de participar ativamente da política data do final da República Velha (1930), quando o evangélico começou a se inserir de uma forma menos envergonhada nas lutas partidárias do país, o que culminou com uma intensa atividade nas eleições presidenciais ocorridas após a promulgação da Constituição de 1988, em especial, nas eleições de 2002, objeto desta exposição.

O que teria provocado essa metamorfose nas práticas e mentalidade dos evangélicos brasileiros? Seria a passagem de um modelo tipo “seita” para um comportamento tipo “igreja”? Nossa hipótese é a de que esse conjunto de transformações no campo cultural brasileiro, especialmente a visibilidade dos políticos escolhidos a dedo pelas Igrejas, resultou de uma longa evolução na mentalidade, ação social e comportamento dos evangélicos brasileiros, ligados a um conjunto de fatores.

Essa crescente visibilidade, porém, obedece a uma lógica resultante do pluralismo religioso, da concorrência e competitividade entre as teodicéias defendidas pelas diversas instituições religiosas, da multiplicação dos espaços sociais ocupados pelas instituições religiosas na sociedade, assim como do aumento dos interesses patrimoniais, financeiros, burocráticos e corporativos dessas mesmas Igrejas. Tais fatores levaram os pentecostais, tradicionalmente arredios à participação nas “coisas do mundo carnal”, a se torna-

rem mais visíveis na sociedade, primeiro na mídia, depois no campo da política.

A principal consequência foi que as relações estabelecidas pela religião com a sociedade passaram a excluir o luxo de uma religiosidade de evasão, pois, para sobreviverem e defenderem as suas metas e estratégias, as organizações religiosas foram obrigadas a criarem mecanismos de representação política mais afinados com seus interesses temporais e não tão sagrados assim.

É claro que a alienação protestante dos problemas políticos nem sempre foi tão categórica assim. O protestantismo missionário, como analisa Bastian (1994), foi contemporâneo em toda a América Latina, do surgimento de anseios por mudanças culturais, políticas e econômicas, geralmente estimulados pelo liberalismo e modernidade das elites, que se inspiravam em modelos norte-americanos. Todavia, esse tipo de religião tornava os novos convertidos muito mais praticantes de um misticismo voltado à rejeição do mundo do que ativistas de uma utopia transformadora da política e da cultura, para se usar uma expressão de Weber (1971). Assim, para usar a terminologia de Dumont (1991), afirmamos que o protestantismo passou a gerar no Brasil durante algum tempo “indivíduos-fora-do-mundo”, enquanto na Europa e nas colônias inglesas da América do Norte, surgiram, desde o século XVII, os “indivíduos-no-mundo”. O crescimento da participação evangélica no campo da política se expressa, portanto, nesse itinerário de 150 anos de flutuações entre a recusa e a aceitação dos ditames da luta político-partidária.

Não foi fácil, porém, para os evangélicos integrarem no seu cotidiano as recomendações que nos anos 30 começaram a se ouvir de seus líderes, como por exemplo:

“Os abaixo assinados, ministros e oficiais de Igrejas, após demorado estudo da situação política e social do Brasil chegaram a conclusão de que o momento exige que os crentes evangélicos cerrem

fileiras (...) abandonemos de vez a atitude de simples observadores, atitude de expectativa, de aparente bem estar, de indiferença e comodismo.” (Expositor Cristão, 22/2/33)

Mesmo assim nunca desapareceram por completo da mentalidade evangélica resquícios da ética de evasão e de recusa da sociedade, que resultaram e ainda resultam em posturas escapistas e sectárias; na realidade formas de comportamento típicas de movimentos tipo “Seitas”, que negam a sociedade, e não de “Igrejas”, que buscam a sua inserção no mundo, segundo visão de Troeltsch (1960), Weber (1991) e Niebuhr (1992).

Inicialmente a inserção política dos evangélicos se deu sob a égide do anti-catolicismo, pois era preciso barrar a força política da Igreja Católica no Parlamento. Porém, já no período da redemocratização, posterior à ditadura varguista, começavam a aparecer algumas posturas ecumênicas, como por exemplo a do pastor metodista Guaracy Silveira, que ao agradecer aos eleitores evangélicos afirmou:

“Na Câmara Federal defenderei o programa de meu partido [PTB] e, de acordo com ele, combaterei tudo quanto seja preconceito de religião (...) ninguém espere, entretanto, de mim, uma fobia anticatólica nas pugnas parlamentares (...) as forças constituintes do cristianismo devem unir-se, respeitando umas as outras.” (Expositor Cristão, 7/12/45)

Como resultado desse despertar para a política, em São Paulo, no final dos anos 40, foram eleitos para a Câmara Municipal, evangélicos que posteriormente se tornariam deputados estaduais ou federais, inclusive dois pentecostais no final dos anos 60: Levi Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo”. Entretanto, no período posterior à Segunda Guerra e anterior ao golpe militar de 1964, a postura dos políticos evangélicos foi

evoluindo do anti-catolicismo para o anti-comunismo, uma atitude mais afinada com a ditadura militar implantada desde então.

Esse tipo de comportamento e mentalidade iria conformar a ação de uma nova safra de “políticos evangélicos” surgida no período de redemocratização do país, por ocasião da Constituinte de 1986, quando se destacou uma “bancada evangélica”, que foi estudada por Freston (1993) e Pierucci (1989). Nessa bancada houve, contudo, muitos políticos evangélicos cujo comportamento destoou da ética sancionada pelas igrejas e pelos evangélicos que os elegeram. Entre outros atos julgados antiéticos destacaram-se as negociações desenvolvidas para garantir um mandato de cinco anos para Sarney, nas quais houve a troca de dinheiro e de emissoras de rádio pelo apoio de uma não desprezível bancada com cerca de 30 membros. Não se incluem dentro desse grupo alguns parlamentares evangélicos de esquerda, entre outros, Lysânias Dias Maciel e Benedita da Silva.

Já nessa época despontava uma nova grande mudança no comportamento dos evangélicos, que daria origem a uma nova geração de “políticos evangélicos”, cuja performance, atuação e discurso de legitimação passaram a se valer de uma “escolha divina” intermediada pelas Igrejas. O contexto dessa nova mudança de atos e mentalidade foi o explosivo crescimento pentecostal no Brasil, o que fez os evangélicos saírem do território marginalizado em que se situavam para assumirem uma atuação mais sistemática e calculista no espaço público e no campo político.¹

-
1. O Censo do IBGE, de 2000, mostrou que o número de católicos no Brasil caiu de 83,8% em 1991 para 73,8% em 2000, havendo um decréscimo de 11,9%. Já a população evangélica pulou de 9,1% para 15,5% nesse mesmo período. Em números absolutos, em 2000, havia 125 milhões de católicos, contra 26 milhões de evangélicos e 12 milhões de “sem religião”. Desses 26 milhões de evangélicos 17,6 milhões eram pentecostais, desse total 8,1 milhões pertenciam à Assembléia de Deus, enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo o IBGE, apresentou um crescimento naqueles nove anos de 646%. Sem dúvida, o crescimento da representação (*continua*)

A recomposição da crença nesse novo contexto fez reaparecer o antigo desejo de se ter um presidente da República evangélico, porém um sonho com um lastro messiânico-milenarista, muito forte, no qual há sempre a imagem do “salvador da pátria”, no caso, a esperança de que um “político de Cristo” iniciará uma “nova estirpe” elitista, da qual Garotinho, ex-governador do Rio, foi visto por muitos evangélicos, em 2002, como a “bola da vez”.

Portanto, a inserção pentecostal na política, embora tardia, não foi uma novidade trazida pela IURD, embora essa Igreja, com suas formas de fazer política, tenha provocado alterações significativas no comportamento político dos pentecostais brasileiros. Essa nova forma da IURD fazer política aparece em declarações de pessoas estreitamente ligadas a ela, que apontam para o desgaste dos representantes tradicionais dos evangélicos e o surgimento de novos objetivos políticos:

“A política é exercida por cidadãos, e estes compõem a Igreja. Não dá para separar. [Perguntado se ele já pensou algum dia em ser presidente do Brasil, Macedo respondeu] Nunca. O que desejamos é que os presidentes do Brasil e de outros países sejam pessoas verdadeiramente cristãs e comprometidas com a justiça social.”
(Folha Universal 5/11/ 95)

“Sou o primeiro a reconhecer que todos temos boas razões para estar magoados com os políticos, que têm descumprido com os seus deveres, que têm escarnecido do sentido profundo da mensagem do Evangelho. Tudo quanto é deboche, devassidão, lascívia, luxúria e ganância, é rotulado de uma forma generosa.” (Jorge Boaventura, candidato a Senador, Folha Universal 28/8/94)

(continuação) política dos evangélicos deve ser vista à luz desse fenômeno, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, onde a IURD conseguiu eleger o seu Bispo Marcelo Crivella com cerca de 3,3 milhões de votos.

“Os candidatos evangélicos são pessoas escolhidas e não indicadas. São homens e mulheres de Deus, com Jesus Cristo no coração. Cheias do Espírito Santo. (...) que jamais participarão de atos desabonadores [e que deverão] oferecer as populações algo novo em matéria de representação popular.” (Bispo Célio Lopes, Folha Universal, 7/7/96)

Os novos políticos consagrados pela mídia da IURD passaram a assumir compromissos padronizados, o que explicaria o crescente desempenho dessa Igreja nas eleições gerais desde 1989 até 2002:

“Fui chamado para cumprir uma missão e tenho, nestes quase quatro anos, tentado desempenhá-la na extensão total de nossa capacidade e na clássica, dinâmica e ilimitada capacidade do Senhor dos Impossíveis...” (De Velasco, candidato a deputado federal, SP, Folha Universal, 21/8/94)

“Ser candidata da Igreja Universal do Reino do Deus é uma responsabilidade muito grande para mim, digo dobrada, pois da mesma forma que meu irmão Bispo Macedo, é perseguido, com certeza, também, serei.” (Edna Macedo, candidata a deputado estadual, SP)

“Se indagarem porque a vereadora é candidata a deputado estadual, respondo que foi uma determinação da liderança da Igreja Universal, que demonstra que o Espírito Santo quer me usar mais um pouco..” (Magaly Machado, candidato a deputado estadual, RJ, Folha Universal, 18/9/94)

No entanto, essa vocação política da IURD data de suas origens, quando em 1986, nove anos após a sua organização, um de seus fundadores, o Bispo Roberto Augusto Lopes, foi eleito depu-

tado federal constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro, com 54.332 votos.

Entretanto, para um melhor entendimento do comportamento da IURD nas eleições de 2002 e de suas dificuldades para apoiar Lula, é preciso ter em mente a sua atuação nas eleições anteriores, especialmente as de 1989 e 1994, quando Lula foi demonizado na mídia dessa Igreja. Essa situação nas eleições de 1998 sofreu uma pequena, mas significativa alteração, pois a situação política e econômica do Brasil era diferente por causa do Plano Real. Nessa eleição o comportamento dos evangélicos pendeu para o lado de FHC, candidato à reeleição graças a uma mudança constitucional aprovada em seu governo.

No decorrer da campanha eleitoral para a presidência, a IURD se aproximou de Lula, publicando nas páginas de seu jornal oficial entrevistas e frases simpáticas a ele. Talvez, a Igreja Universal desejasse apenas demonstrar com tal ato reservas em relação a FHC, por suas atitudes e atos contrários a essa Igreja.² O resultado veio por meio de alguns compromissos eleitorais que a IURD fez em diversos Estados, e em nível federal com a *entourage* do Presidente, conseguindo, em troca disso, barrar alguns processos que contra ela estavam em andamento na Justiça. No final das eleições, FHC se reeleitou em primeiro turno, conseguindo 35,9 milhões de votos (53,06%) em um total de 67,7 milhões de votos válidos. Enquanto isso, o segundo colocado, Lula, conseguiu 21,4

2 O apoio da IURD ao governo FHC foi marcado por expectativas que ele barrasse os processos da Receita Federal, em especial por causa de questões ligadas a uma possível sonegação de imposto de renda na compra da Rede Record. Não conseguido acordo algum, a IURD passou a criticar asperamente em seus jornais e revistas o governo de FHC. Esse processo, que corre na Justiça há 10 anos, ganhou uma outra dimensão após a eleição do Bispo Marcelo Crivella para o Senado, em 2002, pois foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, por causa de sua participação nele. O processo, agora sob o número INQ 1903, foi distribuído ao ministro Carlos Velloso, em 7/3/03 (disponível em: www.sintese.com/n-07032003-3.asp 14/3/03).

milhões de votos (31,71%), e o terceiro, *Ciro Gomes*, atingiu um percentual de 10,97%.

Acreditamos que o voto evangélico naquela eleição pouco tenha alterado os resultados. Contudo, o crescimento eleitoral dos evangélicos se fez notar com a eleição de 44 deputados federais, dos quais 17 foram eleitos com o apoio da IURD. Quatro deles saíram do Estado do Rio, onde se elegeu o Bispo *Carlos Rodrigues*, o coordenador político da IURD desde o final dos anos 80. Assim, a IURD, que teve apenas um deputado federal na Constituinte de 1988; três, em 1990; seis, em 1994; alcançou o significativo número de 17 deputados federais em 1998. No Estado do Rio, onde há de 600 a 800 mil seguidores da IURD, os evangélicos elegeram 13 deputados estaduais, seis deles da IURD. Em São Paulo, a IURD reelegeu deputada uma irmã do Bispo *Macedo*, *Edna Macedo*, e, no Rio de Janeiro, outro irmão seu, *Heraldo Macedo*.

2. Os evangélicos e a Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições de 2002

Nas eleições de 2002 houve a coincidência da escolha de candidatos de todos os níveis, desde a presidência até deputados estaduais. Porém, os evangélicos brasileiros, apesar do esforço em se buscar a unidade, não conseguiram se unificar ao redor de alguns poucos candidatos. Por exemplo, em São Paulo houve dois evangélicos pentecostais disputando o governo do Estado. Um ligado ao ex-governador *Quércia*, de uma igreja pentecostal autônoma; outro, ligado à Igreja Assembléia de Deus, *Apolinário*, que foi deputado federal, estadual e hoje amarga uma participação esforçada, mas deslocada da mídia, na Câmara de Vereadores da capital paulista.

No entanto, a atuação da IURD durante essa campanha foi mais ostensiva e articulada do que as anteriores. Nela, antes do primeiro turno, essa Igreja apoiou a candidatura de *Garotinho*. Mas,

no segundo turno, por pressão do Partido Liberal, que é parcialmente controlado pela IURD, a coordenação política dessa Igreja, particularmente os Bispos Rodrigues e Marcelo Crivella, foi obrigada a aceitar uma coligação com o PT e com a candidatura Lula, mesmo porque o Vice-Presidente do PL controla uma outra parte majoritária desse Partido.³

Portanto, a participação dos evangélicos nessa campanha passa por duas etapas. Primeiro por um apoio a Garotinho, depois, no segundo turno, pelo apoio a Lula. No primeiro turno os evangélicos estavam pela primeira vez participando com um candidato tido como o “legítimo representante” dos 26,1 milhões de brasileiros, Anthony Garotinho, que se converteu ao protestantismo em 1994, após um acidente automobilístico.⁴ Mas, a rigor, Antony Garotinho não é bem um “político de Cristo”, produzido por uma determinada igreja, e, sim, um político populista, que assumiu explicitamente uma filiação religiosa, usando abertamente a sua crença para alavancar a sua candidatura para o governo do Rio e, depois, para a Presidência da República.

Em seu discurso para os evangélicos, Garotinho repetia em cultos pelo Brasil todo, que seria um “presidente que” iria “discutir valores e se preocupar com a família”, seu slogan para pedir votos aos evangélicos era: “Ele é meu irmão, ele é crente, mas eu voto nele porque ele é competente.” Em uma cerimônia em Brasília, na Igreja Sara Nossa Terra, ajoelhado, Garotinho ouviu o Bispo Robson Ro-

3. O Bispo Rodrigues tentou resistir o quanto pode, pois havia memória interna na IURD das posições anti-Lula das eleições anteriores. Porém, ao capitular ele anunciou: “A partir de agora, meu candidato a Presidente da República é o Lula, vou para as ruas defender esse candidato” (disponível em: www.valparaibano.com.br/2002/06/20/nac/lula).

4. A conversão de Garotinho está relatada em um livro escrito para tornar a sua candidatura mais conhecida nos meios evangélicos. Cf. Garotinho, Anthony. *Virou o carro, virou a minha vida* – bendito acidente que me deu a verdadeira vitória, Rio de Janeiro, Agência Soma, 2001.

dovalho afirmar que a sua candidatura era “um projeto divino” e não um “projeto humano”.⁵

A Igreja Universal do Reino de Deus participou ativamente da campanha de Garotinho, juntamente com o Bispo Marcelo Crivella, candidato eleito ao Senado. Crivella é um jovem engenheiro, campeão neopentecostal na vendagem de discos, construtor de mega-templos da IURD e possível sucessor de Edir Macedo, seu tio, na direção da Igreja. Seu mais notável empreendimento foi a instalação, em pleno sertão do interior da Bahia, não muito longe das ruínas de Canudos, da “Fazenda Canaã”, um empreendimento de faceta milenarista, que se tornou uma espécie de vitrine para o que a IURD promete fazer no Brasil todo, caso, um dia, os seus “homens de Deus” ou “políticos de Cristo” sejam eleitos para cargos majoritários. Eleito senador, em sua primeira apresentação no Senado Federal, o Bispo Crivella retomou o seu Projeto Nordeste, afirmando que a “Fazenda Canaã é uma forma de combater os problemas sociais do país”.⁶

A eleição de Crivella,⁷ que conseguiu derrotar o experimental senador Arthur da Távola e o até então poderoso cacique Leonel Brizola, para um mandato que vai de 01/2/2003 a 31/1/2011, talvez tenha sido o maior ganho que a IURD retirou da campanha eleitoral de 2002, cujos dividendos continuarão pelos próximos oito anos. Logo após a posse, Crivella assumiu a condição de vice-líder do governo no Senado; integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual é vice-presidente; e faz parte

5. Denise Madueno, “Candidato faz apelo a evangélicos”, *Folha de S.Paulo*, 22-07-02.

6. Ver cobertura da Agência Brasileira de Notícias no site www.abn.com.br/senado.htm 13/3/03.

7. Crivella obteve cerca de 3,3 milhões de votos (34% dos votos) e o primeiro colocado para o Senado pelo Estado do Rio de Janeiro foi o deputado Sérgio Cabral Filho, com 4,2 milhões de votos (48%).

do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), o ambicionado “Projeto Fome Zero”, ao lado de várias personalidades oriundas do universo religioso, como D. Mauro Morelli, Zilda Arns, Arioaldo Ramos (presidente da Associação Evangélica Brasileira - AEVB). Com o apoio da IURD elegeu-se também senador, no Espírito Santo, o batista Magno Pereira Malta, com 49,06% dos votos válidos daquele Estado.

Para a Câmara Federal a IURD, em 2002, conseguiu eleger 18 de seus membros, muitos pastores e bispos, e outros quatro, que embora não façam parte da Igreja, foram por ela apoiados e fazem parte da bancada de 22 deputados. Os evangélicos conseguiram aumentar a sua bancada de 46 para 55 deputados. Nesse total há 15 pastores e cinco bispos. Por partido político há 14 no PL, 5 no PSB, 5 no PDT (inclusive o Bispo João Mendes de Jesus, da IURD) e até um evangélico, Agnaldo Muniz, que foi eleito pelo Partido Comunista Brasileiro.

Há quem ironize a grande influência dos pastores na Câmara considerando esse fato ser uma espécie de “israelização” do Parlamento, visto que no Parlamento de Israel há um grande número de rabinos.

A direção da bancada da IURD continuará sob o controle do Bispo Carlos Rodrigues, que foi reeleito deputado com 192.353 votos (em 1998 ele obteve 75.611 votos). Essa bancada tem se mostrado a mais unida do Parlamento brasileiro nos últimos anos. Por isso, Rodrigues é tido como um deputado muito poderoso dentro do Congresso. No Governo FHC houve uma tentativa de negociar o seu apoio e o de sua bancada, mas o governo após fazer a relação de custos e benefícios chegou à conclusão que o preço seria muito alto e não compensaria.⁸ Segundo a mesma matéria de *O Estado de S. Paulo*, um deputado governista afirmou e pediu anonimato: “Ele (Bispo Rodrigues) é muito forte porque tem dinheiro, votos e uma

8. Cf. “Bispo deputado esbanja poder com apoio da TV Record e da Universal”, *O Estado de São Paulo*, 3/6/2000.

televisão”. Isso aparece, por exemplo, numa campanha promovida pela Rede Record contendo críticas ásperas à atuação do então ministro da Previdência Waldeck Ornelas, exatamente na semana seguinte à descoberta pelo INSS de um débito de 22 milhões de reais da Rede da IURD com a Previdência.

É claro que a atuação dos deputados da IURD na Câmara tem por finalidade colocar em prática o que Rodrigues afirmou certa vez, de uma forma bem pontual: a maior missão dos candidatos da Igreja é a de “ser ponto de contato entre a Igreja Universal, seus fiéis e pastores, e os governos federal, estadual e municipal” (*Folha Universal*, 12/6/94). Por isso mesmo, nos parece que o grande foco de interesse da IURD está na Câmara Federal, pois é nela que surgem temas e há Comissões que interessam muito de perto ao império empresarial construído pela IURD. Na Câmara, esses “políticos de Cristo” procuram se integrar em comissões-chave, por meio das quais possam interferir como grupo parlamentar de pressão, de forma a defender os interesses da Igreja.

Resta saber como essa bancada se comportará quando Lula, se conseguir, colocar em prática algumas decisões alinhavadas com as áreas mais radicais do PT e de outros partidos. Daí adquiri sentido a afirmação do Bispo Rodrigues: “A experiência vai ser única e riquíssima: vamos fazer parte de um governo de esquerda (sic) em um país com maioria de centro-direita”.⁹

Conclusão

Ficou claro, portanto, ao longo desta exposição que a IURD, assim como outras grandes igrejas neopentecostais brasileiras, não constituem exceções no uso da política para conseguir os seus objetivos institucionais. Muito pelo contrário, elas seguem trilhas que foram abertas pela própria Igreja Católica, que na Idade Média e no

9. Folha on-line, 28/10/02.

período colonial da América Latina, atrelou ao destino do Estado o seu sucesso institucional; assim como se inspiram na inserção de pentecostais, conservadores e evangélicos de direita na política norte-americana.

Isso também ocorre porque, na medida em que os partidários de uma seita se tornam honoráveis membros dos colegiados políticos, acabam por desenvolver em suas comunidades religiosas burocracias e hierarquias conservadoras, as quais, se houver mudanças bruscas no contexto político e nas regras do jogo, terão muito mais a perder do que a ganhar. É o dilema da perda do conteúdo utópico da pregação, enquanto se acrescentam a ela ideologias que deverão ser defendidas acirradamente tanto interna como externamente.

Essa “invasão da política” pelos neopentecostais e de “contaminação política” das igrejas pentecostais podem também ser discutidas à luz de um debate em andamento sobre os rumos da democratização e do exercício da cidadania na América Latina, discussão essa que foi motivada, em grande parte, pelo crescimento das seitas, denominações e igrejas pentecostais ou carismáticas. Pergunta-se, com frequência, se esse crescimento político é ou não compatível com a democracia. Esse debate passa pela indagação do que vem a ser democracia, questão que melhor se expressa na seguinte pergunta: o movimento pentecostal abre caminho para uma nova onda democratizante no Brasil?

Para alguns estudiosos, como por exemplo Freston (2001), esse debate precisa ser antecedido por respostas a questões como essas: que tipo de protestantismo e de evangélicos? A que forma de democracia nos referimos? Há também outras questões relativas às práticas políticas internas da IURD e de outras igrejas pentecostais que apresentam não menos acentuado apetite político: Como tais igrejas distribuem internamente o poder? Possuem elas mecanismos internos autoritários, que contradizem o discurso externo democratizante? Como conciliar ambas as dimensões?

No contexto brasileiro essas perguntas têm a sua razão de ser, pois a IURD possui internamente mecanismos autoritários de governo, e as relações entre a hierarquia de bispos-pastores e os fiéis são controladas de cima para baixo. Na mídia, as suas relações com o público se processam em uma só direção, e, em toda a sua cadeia de rádio e de televisão, a despeito da existência de programas com participação direta, via telefone, internet e fax dos fiéis e interessados, ainda assim, a comunicação é autoritária, seguindo uma direção única: clero-laicato. Daí a questão crucial para muitos, nesse debate: até que ponto uma possível ascensão politicamente hegemônica de evangélicos e pentecostais contribuiria para a construção de uma democracia de estilo europeu ou norte-americano no Brasil?

Conclui-se, portanto, que o comportamento dos “políticos de Cristo” do final do século XX, está muito distante daquele do início do século e mesmo da metade desse século. Mesmo porque a forma de atuar deles não passa pela valorização do sistema partidário, pois os partidos ou programas não lhes fazem diferença alguma, visto que o essencial para eles é a manutenção do apoio da Igreja que os elegeram. Sem essa Igreja um “político de Cristo” nada é; perde a função de locutor, pois o discurso não lhe pertence; não passa de um mero ator coadjuvante, que participa de uma dramaturgia que não dirige; e recebe da instituição que o escolheu um *script* pronto para uma atuação fundamentada na plena, total e irrestrita obediência às autoridades religiosas. O “político de Cristo”, assim como muitos outros evangélicos eleitos em 2002, é uma figura vazada, que somente a instituição, as massas ou as circunstâncias podem preencher. No entanto, essa nova estirpe de políticos reivindica para si uma dignidade que ela crê não ser usual no panorama político brasileiro: a ética, a dignidade e a seriedade no trato das coisas públicas. Resta saber se o exercício concreto do poder político e o peso das demandas institucionais que pesam sobre os seus ombros permitirão que esse “estado angelical” se perpetue.

Bibliografia

- BASTIAN, J. *Protestantismos y modernidad latinoamericana: historia de unas minorías religiosas activas en América Latina*. México: Fondo de Cultura Economica, 1994.
- CAMPOS, L. S. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio / Umesp, 1997.
- DUMONT, L. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FERNANDES, R. C. et al. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na Igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- FERRARO, J. (Coord.). *Religión y política*. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana Unidad Iztapala, 2000.
- FRESTON, P. *Evangelicals and politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Press University Cambridge, 2001.
- _____. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.
- GARMO, C. Las relaciones de las iglesias pentecostales con el Estado y con los partidos políticos en México. In: FERRARO, J. (Coord.). *Religión y política*. Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana Unidad Iztapala, 2000.
- MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p. 92-106, nov. 1994.
- MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: ASTE, 1995.
- MESQUIDA, P. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. São Paulo: Editeo, 1994.
- NIEBUHR, H. R. *Cristo e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. *As origens sociais das denominações cristãs*. São Bernardo do Campo: Ciências da Religião; São Paulo: ASTE, 1992.
- O'DEA, T. *Sociologia da religião*. São Paulo: Pioneira, 1969.

- PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1989.
- PRANDI, R.; PIERUCCI, A. F. *Religião e voto no Brasil: as eleições presidenciais de 1994*. In: XVIII Encontro Anual da ANPOCS, 1994, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, nov. 1994.
- PRANDI, R. Perto da magia, longe da política. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p. 81-91, nov. 1992.
- RAMALHO, J. P. *Prática educativa e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ROLIM, F. C. *Pentecostalismo: Brasil e América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TROELTSCH, E. *The social teaching of the Christian Churches*. New York: Harper & Brother, 1960.
- WEBER, M. *Rejeições religiosas do mundo e suas direções*. In: GERTH, H., WRIGHT MILLS, C. (Org.). *Ensaio de Sociologia*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*, v.1, Brasília: UnB, 1991.

Resumo

O protestantismo brasileiro de origem missionária desenvolveu uma mentalidade entre os convertidos centralizada numa religiosidade ascética, a qual implicava em uma fuga do mundo. Tal tendência ficou mais exacerbada a partir de 1910, quando chegou ao Brasil o pentecostalismo. No entanto, após 1930, primeiro os protestantes históricos, depois dos anos 50, os próprios pentecostais começaram a mudar a disposição de se manterem alheios à política. Essa abertura propiciou o aparecimento de políticos que pretendiam representar as Igrejas, depois do que chamamos de “político de Cristo”, uma espécie de embaixador das igrejas, seitas ou denominações, que se comporta na política como refém dos interesses corporativos da organização religiosa que faz dele seu candidato, inclusive, controlando o seu comportamento no exercício do mandato. O comportamento dos evangélicos nas eleições de 2002 expressa o crescimento numérico desses fiéis nos anos 90, bem como comprova a importância e os desafios dessa presença crescente no contexto político-partidário brasileiro.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



O Terceiro Poder em Crise: Impasses e Saídas (n. 06, 2002)

O Nordeste à Procura da Sustentabilidade (n. 05, 2002)

Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)

Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)

Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)

Bioética (n. 01, 2002)

As caras da juventude (n. 06, 2001)

Segurança e soberania (n. 05, 2001)

Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)

Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)

União Européia: transtornos e alcance da integração regional
(n. 02, 2001)

A violência do cotidiano (n. 01, 2001)

Os custos da corrupção (n. 10, 2000)

Fé, vida e participação (n. 09, 2000)

Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)

Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)

Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)

A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)

Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)

Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)

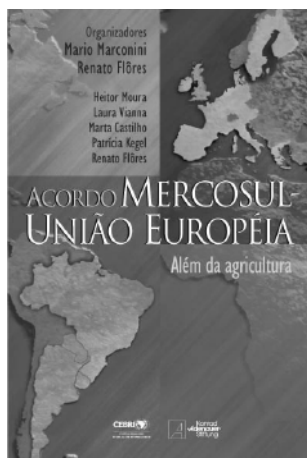
O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)

Pobreza e política social (n. 01, 2000)

OBS.: Os Cadernos Adenauer podem ser solicitados diretamente à Fundação Konrad Adenauer.

■ Preço dos 6 volumes editados no ano: R\$ 25,00

■ Preço individual do exemplar: R\$ 5,00



ACORDO MERCOSUL – UNIÃO EUROPÉIA.

Além da Agricultura

Mário Marconini e Renato Flôres (Orgs.)

Rio de Janeiro, 2003 - 272 páginas - R\$20,00

O ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO Mercosul – União Européia, ora em negociação, abrange, direta ou indiretamente, uma vasta gama de assuntos. A correta percepção dos diversos temas envolvidos pode auxiliar significativamente o desenho de propostas viáveis, entendidas como as que, além de interessantes para ambos os lados, levariam em conta as restrições – internas ou externas a cada um dos blocos – com impacto significativo nas possíveis concessões e benefícios.

A publicação desenvolve temas que, ou estão ligados a tais restrições, ou aprofundam o conhecimento de questões ou setores – fora do decantado setor agrícola – que poderiam auxiliar na composição de pacotes negociadores de interesse mútuo. Os temas abordados são: os condicionantes jurídicos às negociações comerciais da União Européia e sua influência para um acordo com o Mercosul, os efeitos do alargamento da União Européia sobre as negociações com os países mercosulinos, a liberalização dos setores de telecomunicações e de serviços técnicos profissionais no contexto do acordo comercial entre os dois blocos, e as perspectivas de um acordo Mercosul – União Européia para o comércio de manufaturados.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
PELA MATIZ DESIGNERS EM AGARAMOND
E IMPRESSO NO RIO DE JANEIRO
PELA ZIT GRÁFICA E EDITORA
EM PAPEL PÓLEN SOFT 80G/M²
PARA A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
NO OUTONO DE 2003.